

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

**A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO EM
EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

João Friedrich

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO EM EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL

João Friedrich

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração em Gerência da Produção da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de grau de **Mestre em Engenharia de Produção**.

Orientadora: Prof^a. Janis Elisa Ruppenthal, Dr^a.

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

Friedrich, João

A relação entre a responsabilidade social empresarial e desempenho financeiro em empresas do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Janis Elisa Ruppenthal

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, RS, 2015.

Ficha catalográfica elaborada por João Friedrich
Biblioteca Central da UFSM

©2015

Todos os direitos autorais reservados a João Friedrich. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Antônio Walter Friedrich nº35, Bairro Perpetuo Socorro, Santa Maria RS. CEP: 97.043-810 e-mail: joao.friedrich@unifra.br.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

**A Comissão examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL
EMPRESARIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO EM
EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Elaborada por
João Friedrich

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Engenharia de Produção

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Janis Elisa Ruppenthal, Dr^a.
(Orientadora)

Prof. Denis Rasquin Rabenschlag, Dr. (UFSM)

Prof. Antônio Reske Filho, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de fevereiro de 2015

AGRADECIMENTOS

Ao final desta etapa, agradeço com todo carinho às pessoas que me apoiaram e que torceram por mim. Neste momento é difícil encontrar palavras suficientes para demonstrar a minha gratidão e carinho com todos.

Primeiramente agradeço a Deus por iluminar o meu caminho, por manter-me na fé, com equilíbrio para superar as dificuldades.

A minha esposa Rosane, meus filhos Rodrigo e Rafael e as filhas do coração Laura e Paola, por toda a atenção, compreensão, amor e carinho que tiveram comigo. Agradeço por incentivarem e apoiarem na concretização deste sonho, pois sem esse estímulo provavelmente ele não se tornaria realidade no dia de hoje.

A Universidade Federal de Santa Maria em especial aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. E, de modo muito especial a minha Orientadora, Professora Dr^a Janis Elisa Ruppenthal, pelo apoio constante e incondicional para que este trabalho fosse realizado de acordo com a minha vontade. Pela inteira e incomparável disponibilidade, pela paciência e por ter compartilhando o seu vasto conhecimento em prol da minha formação e concretização deste sonho.

Por fim, agradeço e divido este momento de alegria a todos que de alguma forma contribuíram durante a minha caminhada.

“Só existem dois dias em que não podemos fazer nada:
Um se chama ontem, e o outro se chama amanhã!”

Dalai Lama

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Universidade Federal de Santa Maria

A RELAÇÃO ENTRE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E DESEMPENHO FINANCEIRO EM EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL

AUTOR: JOÃO FRIEDRICH

ORIENTADORA: JANIS ELISA RUPPENTHAL

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 27 de fevereiro de 2015.

As empresas estão sujeitas a enormes pressões exercidas pelos *stakeholders* relacionadas com os aspectos sociais. Como resultado, as empresas passaram a ser avaliadas não só através dos indicadores de desempenho tradicionais, mas também por meio da maneira que elas interagem com um amplo conjunto de demandas sociais. A questão da responsabilidade social empresarial (RSE) está associada a um amplo espectro das relações entre a empresa e seus diversos públicos, bem como para o meio ambiente. Nesse contexto, surgiram vários estudos que indagaram a efetiva viabilidade da relação entre a responsabilidade social e o lucro. Os resultados positivos do desempenho financeiro estariam associados ao conjunto de expectativas dos *stakeholders*. Dessa forma, esse estudo visa responder qual a relação entre o comportamento do resultado financeiro das maiores empresas do Rio Grande do Sul e suas ações de RSE. Para tanto, a pesquisa buscou as empresas que figuram entre as 100 maiores do ano de 2013, segundo a classificação pelo Valor Ponderado de Grandeza (VPG) da Revista Amanhã, de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA que publicaram o BS modelo IBASE entre os anos de 2009 e 2013. Atendendo esses critérios resultaram três empresas em que foram analisados seus indicadores de RSE e DF. Como resultado não foi possível inferir que exista uma correlação entre as variáveis socioambientais e financeiras das empresas estudadas.

Palavras-chaves: Balanço Social; Responsabilidade Social Corporativa; Comportamento financeiro.

ABSTRACT

Dissertation of the Masters Degree

Post-graduation program in Production Engineering

Federal University of Santa Maria-RS

THE RELATIONSHIP BETWEEN CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AND FINANCIAL PERFORMANCE IN RIO GRANDE DO SUL COMPANIES

AUTHOR: JOÃO FRIEDRICH

ADVISER: JANIS ELISA RUPPENTHAL

Place and Date of the Defense: Santa Maria, 27 of February 2014.

Companies are subject to enormous pressure from stakeholders related to social aspects. As a result, companies were evaluated not only through traditional performance indicators, but also through the way they interact with a wide range of social demands. The issue of corporate social responsibility (CSR) is associated with a wide spectrum of relations between the company and its stakeholders, as well as for the environment. In this context, there have been several studies investigating the effective feasibility of the relationship between social responsibility and profit. The positive results of financial performance would be associated with the set of expectations of stakeholders. Thus, this study aims to answer what is the relationship between the financial result of the behavior of the largest companies in Rio Grande do Sul and its CSR activities. Therefore, the research sought to companies that are among the 100 largest in the year 2013, according to the classification by Value Weighted Greatness (VPG) of the journal Tomorrow, publicly traded traded on BM & FBOVESPA that published the BS model IBASE between 2009 and 2013. In view of these criteria resulted in three companies that were analyzed their CSR and DF indicators. As a result it was not possible to infer that there is a correlation between social, environmental and financial variables of the companies studied.

Keywords: Social Balance; Corporative Social Responsibility Corporative; financial performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Responsabilidade Social.....	7
Figura 2 – Pirâmide da RSE.....	9
Figura 3 - Visão dos Stakeholders	14
Figura 4 - Fatores que afetam a relação entre RSE e DF	22
Figura 5 - Etapas para realização da Correlação Pearson.....	37
Figura 6- Relação entre IA e ROE e ROA para BANRISUL.....	39
Figura 7 - Relação entre ISI e ROE e ROA para BANRISUL.....	40
Figura 8 - Relação entre ISE e ROE e ROA para BANRISUL	40
Figura 9 - Relação entre IA e ROE e ROA para RENNER.....	41
Figura 10 - Relação entre ISI e ROE e ROA para RENNER.....	41
Figura 11 - Relação entre ISE e ROE e ROA para RENNER	42
Figura 12 - Relação entre IA e ROE e ROA para RGE	42
Figura 13 - Relação entre ISI e ROE e ROA para RGE	43
Figura 14 - Relação entre ISE e ROE e ROA para RGE.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tendências teóricas no modo de pensar a RSE	21
Quadro 2 - Estudos empíricos anteriores	25
Quadro 3 - Estudos empíricos anteriores	29
Quadro 4 - Modelos de Indicadores de RSE	30
Quadro 5 - Dimensões dos indicadores da GRI	31
Quadro 6 - Indicadores IBASE	32
Quadro 7 - Coeficientes de correlação	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação entre indicadores de DF e RSE para empresa BANRISUL.....	44
Tabela 2 - Relação entre indicadores de DF e RSE para empresa RENNER	45
Tabela 3 - Relação entre indicadores de DF e RSE para empresa RGE	45

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCE	Associação de dirigentes cristãos de empresas
AS	Social Accountability
BP	Balanço patrimonial
BS	Balanço social
CBO	Classificação brasileira de ocupação
CED	Comitê para o desenvolvimento econômico
CFC	Conselho federal de contabilidade
CI	Capital investido
CVM	Comissão de valores mobiliários
DF	Desempenho financeiro
DFC	Demonstrativo de fluxo de caixa
DFP	Demonstrações financeiras padronizadas
DMPL	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
DRE	Demonstração do resultado do exercício
DVA	Demonstração do valor adicionado
EBITDA	Lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações
EVA	Valor econômico agregado
FGTS	Fundo de garantia por tempo de serviço
GRI	Global reporting initiative
IBASE	Instituto brasileiro de análises sociais e econômicas
INSS	Instituto nacional do seguro social
ISEA	Institute of social and ethical accountability
MAF	Multiplicador de alavancagem financeira
NBC	Norma brasileira de contabilidade
NE	Notas explicativas
NOPAT	Lucro operacional após o imposto de renda
ONG	Organização não governamental
PASEP	Programa de formação do patrimônio do servidor público
PIS	Programa de integração social
RAIS	Relação anual de informações sociais

ROA	Taxa de retorno sobre os ativos
ROE	Rentabilidade sobre o capital investido
ROI	Retorno sobre os investimentos
RSC	Responsabilidade social corporativa
RSE	Responsabilidade social empresarial
SAI	Social Accountability International
SRI	Instituto de pesquisa de stanford
VMA	Valor de mercado das ações
VMD	Valor de mercado das dividas
VPG	Valor ponderado de grandeza
VRA	Valor de reposição dos ativos
WACC	Custo médio ponderado do capital investido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Questão de Pesquisa	2
1.2 Hipótese de Pesquisa	2
1.3 Objetivos	2
1.1.1 Objetivo Geral	3
1.1.2 Objetivos Específicos	3
1.4 Justificativa	3
1.5 Delimitação.....	4
1.6 Estrutura do trabalho.....	4
2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) e DESEMPENHO	
FINANCEIRO (DF)	5
2.1 CONCEITOS E EVOLUÇÃO DA RSE.....	5
2.2 Teoria dos <i>Stakeholders</i>	12
2.3 Balanço Social como ferramenta para a responsabilidade social	16
2.3.1 Evolução do Balanço Social	16
2.3.2 Processo de comunicação do BS.....	18
2.4 Relação entre RSC e DFE	21
2.5 Métricas e Indicadores	25
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	34
3.1 Abordagem e tipologia da pesquisa	34
3.2 População e amostra	34
3.3 Procedimentos	35
3.4 Limitações da pesquisa	38
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
4.1 Análise gráfica.....	39
4.2 Análise da correlação entre as variáveis	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5.1 Conclusões.....	47
5.1 Sugestões	49
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

A economia capitalista moderna e a evolução da conjuntura sócio - econômica mundial recente, caracterizada por crescentes desigualdades, criam um cenário que favorece o recrudescimento do questionamento acerca do papel das empresas no contexto humano e social. Um recente relatório divulgado pela organização internacional Oxfam (2015), mostrou que as 85 pessoas mais ricas no mundo possuem um patrimônio de US\$ 1,7 trilhão de dólares. Isso equivale ao patrimônio das 3,5 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. O relatório afirma ainda que a riqueza do 1% das pessoas mais ricas do mundo equivale a um total de US\$ 110 trilhões, ou seja, 65 vezes a riqueza total da metade mais pobre da população mundial. Adverte ainda que no ano de 2016 a riqueza do 1% mais rico da população do planeta superará a dos 99% restantes. Visto que a fortuna dessas pessoas está associada em grande parte aos lucros empresariais, surgem críticas à conduta estritamente maximizadora do lucro gerando reivindicações da sociedade para que um maior grau de responsabilidade social seja assumido pelas organizações.

Nesse contexto, as empresas estão sujeitas a enormes pressões exercidas pelos *stakeholders* relacionadas com os aspectos sociais. Como resultado, as empresas passaram a ser avaliadas não só através dos indicadores de desempenho tradicionais, mas também por meio da maneira que elas interagem com um amplo conjunto de demandas sociais. A questão da responsabilidade social empresarial (RSE) está associada a um amplo espectro das relações entre a empresa e seus diversos públicos, bem como para o meio ambiente.

As relações da empresa com suas várias partes interessadas, clientes e com a sociedade em geral, e até mesmo com acionistas, fazem parte do escopo da RSE. Alguns aspectos importantes da RSE têm sido objeto de pesquisa, tais como a sua conceitualização, a divulgação e a possível ligação entre a RSE e desempenho da empresa.

De acordo com Wood (1991), as organizações e a sociedade são sistemas interdependentes e interativos, na medida que as organizações retiram do ambiente, insumos que são transformados em produtos e serviços que retornam para o ambiente para atender as expectativas mais amplas da sociedade. Nesse processo, quando a organização obtém retorno financeiro positivo, procura agir de forma

socialmente responsável contribuindo para a construção de uma sociedade melhor. Assim, surge entre a organização e a sociedade uma relação em que uma contribui para viabilizar a outra de forma interdependente e constante, em que o lucro viabiliza a responsabilidade social e esta viabiliza o lucro.

Nesse contexto, surgiram vários estudos que indagaram a efetiva viabilidade dessa relação entre a responsabilidade social e o lucro. Logo os resultados positivos do desempenho financeiro estariam associados ao conjunto de expectativas dos *stakeholders*. Dessa forma, esse estudo visa responder o seguinte problema: Qual a relação entre o comportamento do resultado financeiro das maiores empresas da região sul do Brasil e suas ações sociais?

1.1 Questão de Pesquisa

Nesse contexto, busca-se responder a seguinte questão: A RSE possui relação estatística significativa com o desempenho financeiro das 100 maiores empresas gaúchas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA e que publicam seu balanço social, no período de 2009 a 2013?

1.2 Hipótese de Pesquisa

Será testada a seguinte hipótese:

H¹: a RSE possui relação estatística significativa com o desempenho financeiro nas empresas gaúchas de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

1.3 Objetivos

Objetivo é o que se espera conseguir esclarecer, conhecer melhor, indicando a finalidade do que se quer atingir. Representa, além das intenções propostas por meio da pesquisa, possibilidades de obtenção de resultados mediante o trabalho realizado (LAKATOS E MARCONI, 2011).

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar a relação entre o comportamento do resultado financeiro e as ações sociais publicadas no Balanço Social das maiores empresas do Rio Grande do Sul.

1.1.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos devem descrever ações pormenorizadas, aspectos específicos para alcançar o objetivo geral estabelecido. Dessa forma, com a finalidade de detalhar o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos (LAKATOS E MARCONI, 2005):

- Identificar as maiores empresas do Rio Grande do Sul, pelo critério do VPG (Valor Ponderado de Grandeza);
- Levantar as empresas que publicam as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP);
- Buscar o balanço social dessas empresas;
- Analisar o BS e a DF para identificar as variáveis;
- Verificar o comportamento do DF da empresa e sua relação com as ações de RSE.

1.4 Justificativa

O reconhecimento da comunidade e da sociedade como *stakeholders* da organização é um pressuposto básico da RSE, cada vez mais presente na atualidade. Dessa forma, como própria questão de sobrevivência, as empresas vêm realizando esforços financeiros na melhoria da qualidade social e ambiental no seu entorno. Nesse contexto, estudos vêm tentando identificar se esses investimentos trazem um retorno financeiro para a organização. Logo, essa pesquisa pretende contribuir para uma melhor compreensão da relação existente entre a responsabilidade social das empresas e o seu desempenho financeiro. Também mostra-se relevante na medida em que pode proporcionar aos gestores informações e conclusões que poderão ajudar no processo decisório sobre a responsabilidade social das empresas. Isto porque, os gestores, ao definirem onde serão aplicados os

recursos, o fazem na expectativa de que o planejamento realizado na etapa anterior, se confirme e desta forma os resultados projetados se concretizem. Da mesma forma que em outros países do mundo, os executivos sofrem crescentes pressões para que as empresas aumentem seus gastos com ações de caráter de RSE, e ao mesmo tempo aumentem marginalmente o desempenho econômico-financeiro, maximizando a riqueza dos acionistas. Dessa forma, faz-se necessária uma resposta sobre a relação entre RSE e DF para que os executivos brasileiros possam tomar suas decisões sobre alocação de recursos com racionalidade e segurança.

1.5 Delimitação

O estudo está delimitado às empresas que figuram entre as 100 maiores do ano de 2013, segundo a classificação pelo Valor Ponderado de Grandeza (VPG) da Revista Amanhã, de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA que publicaram o BS modelo IBASE entre os anos de 2009 e 2013.

1.6 Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, os quais buscam o bom entendimento da proposta central, através da apresentação do trabalho desenvolvido.

No capítulo 1, aborda-se uma introdução da pesquisa, contendo a importância do trabalho, justificativa e delimitação do tema. No capítulo 2, reúnem-se informações sobre o estado da arte da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e desempenho com foco nos Indicadores Financeiros. Em seguida, no capítulo 3, é descrita a metodologia empregada para o desenvolvimento da pesquisa. No capítulo 4, são apresentadas as avaliações com emprego das técnicas estatísticas e os resultados obtidos. E, por fim, no quinto capítulo é apresentada uma conclusão geral desse trabalho e sugestões de trabalhos futuros.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL (RSE) e DESEMPENHO FINANCEIRO (DF)

Neste capítulo, serão apresentados os conceitos e a evolução da responsabilidade social empresarial, a teoria dos *stakeholders*, o balanço social, sua evolução e seu processo de comunicação, a relação entre a responsabilidade social empresarial e o desempenho financeiro. E, por fim as métricas e indicadores.

2.1 CONCEITOS E EVOLUÇÃO DA RSE

De acordo com Carroll (1999), o conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) tem uma longa e variada história. É possível rastrear evidências da preocupação da comunidade empresarial para com a sociedade durante séculos. Porém a escrita formal sobre a responsabilidade social é em grande parte um produto dos últimos 50 anos do século 20. O autor chama esse período de “a era moderna da RSE”. Embora seja possível observar indícios de RSE em todo o mundo, principalmente em países desenvolvidos, a literatura formal têm sido mais evidente nos Estados Unidos. No entanto, Carroll (1999) reconhece que noções relacionadas a RSE podem ter se desenvolvido tanto na teoria como na prática em outros países e em diferentes momentos.

O conceito teórico de responsabilidade social originou-se, naquela época, nas questões éticas que envolvem a relação entre empresas e sociedade e na filantropia empresarial. A preocupação era com a excessiva autonomia e poder dos negócios na sociedade, sem a devida responsabilidade pelas consequências negativas de suas atividades, como a degradação ambiental, a exploração do trabalho, o abuso econômico e a concorrência desleal (BORGES, 2013).

A publicação do livro *Social Responsibilities of the Businessman* por Howard Bowen em 1953 representa o marco do início da literatura moderna sobre RSE. Observa-se que o título do livro de Bowen sugere que, não há, aparentemente, mulheres de negócios durante esse período, ou, pelo menos, elas não eram reconhecidas nos escritos formais. Como pioneiro na tentativa de teorizar sobre o relacionamento entre empresas e sociedade, o autor define que a responsabilidade social refere-se às obrigações dos empresários para adotar orientações, tomar

decisões e seguir linhas de ação, que sejam compatíveis com os objetivos e valores da sociedade (CARROL, 1999).

Na década de 1960, Davis argumentou que a responsabilidade social é uma idéia nebulosa mas deve ser vista num contexto gerencial. Além disso, ele afirmou que algumas decisões de RSE podem ser justificadas, por um longo e complicado processo de raciocínio, que possam ter uma boa chance de trazer em longo prazo ganhos econômicos para a empresa. Dessa forma, essas ações de RSE trariam um retorno financeiro para a empresa. Isto é bastante interessante na medida em que essa visão tornou-se comumente aceita no final de 1970 e na década de 1980 (CARROLL, 1999).

Uma marco que apresentou uma importante contribuição para o conceito de RSE veio do Comitê para o Desenvolvimento Econômico (CED) em sua publicação *Social Responsibilities of Business Corporations* em 1971. O CED observou que a finalidade básica dos negócios é servir construtivamente as necessidades da sociedade, para a satisfação da sociedade (CED, 1971).

O CED observou que o contrato social entre as empresas e sociedade estava mudando de forma substancial e importante: O negócio está sendo solicitado a assumir responsabilidades mais amplas à sociedade para servir uma vasta gama de valores humanos. As empresas estariam sendo convidadas a contribuir mais para a qualidade de vida americana do que apenas o fornecer quantidades de bens e serviços. Logo, enquanto que o negócio existe para servir a sociedade, o seu futuro vai depender da qualidade da resposta da administração às mudanças nas expectativas do público (CED, 1971; CARROL, 1999).

Em resposta a uma pesquisa de opinião pública realizada pela *Opinion Research Corporation*, em 1970, na qual dois terços dos entrevistados acreditavam que as empresas tinham uma obrigação moral de ajudar outras instituições importantes à alcançar progresso social, mesmo em detrimento da rentabilidade, o CED articulou uma definição de responsabilidade social representada por três círculos concêntricos, conforme Figura 1.

O círculo interno inclui as responsabilidades básicas para execução da função econômica eficiente - produtos, empregos e crescimento econômico. O círculo intermediário engloba a responsabilidade de exercer essa função econômica com uma consciência sensível à mudança de valores sociais e prioridades: por exemplo, no que diz respeito à conservação do meio ambiente; contratações e as relações

com os trabalhadores; e expectativas mais rigorosas dos clientes para obter informações sobre os empregados com relação a tratamento justo e proteção contra lesões. O círculo exterior apresenta as questões emergentes e amorfas sobre as

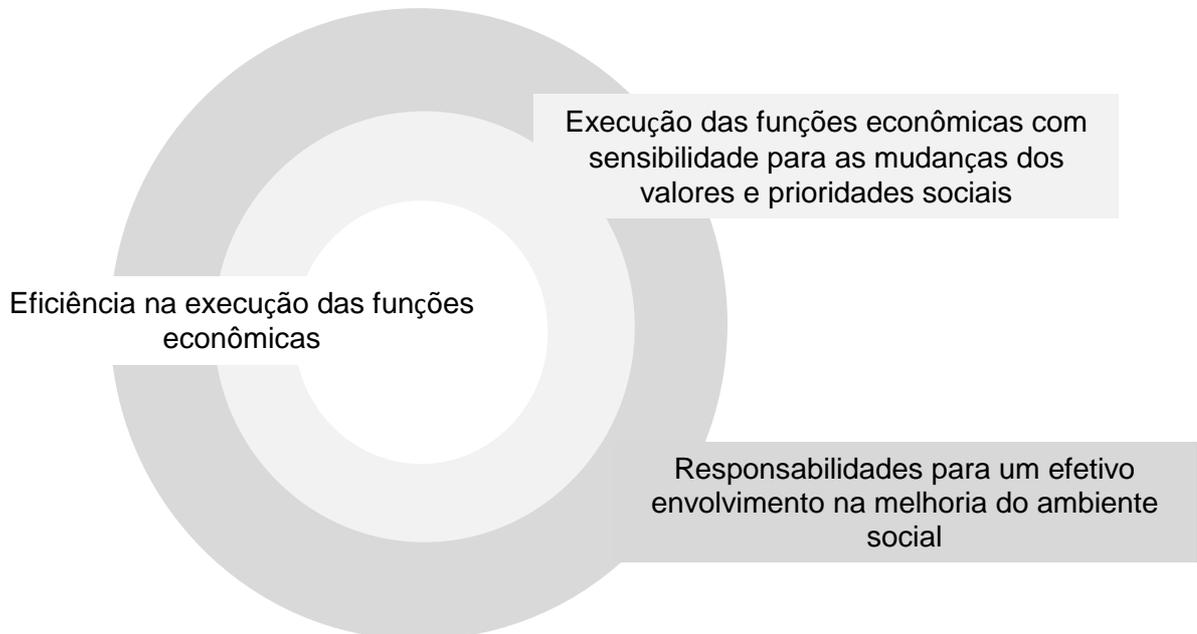


Figura 1 - Responsabilidade Social

responsabilidades que as empresas devem assumir para tornarem-se mais ampla e ativamente envolvidas na melhoria do ambiente social. Por exemplo, a pobreza e degradação urbana (CED, 1971; CARROL, 1999). Nessa mesma década de 1970, Wallich e McGowan (1970) declaram que para a operacionalização da RSE, deve haver uma conciliação entre as ações sociais praticadas e os interesses econômicos dos acionistas.

Fonte: Adaptado de CED (1971)

No final da década de 1970 surge uma das definições conceituais de RSE mais respeitadas e citadas academicamente, proposta por Carroll (1979). Ele argumentou que a implementação da RSE dependia do entendimento, por parte dos gestores e das empresas, de três dimensões: (a) uma definição da RSE, (b) uma compreensão das questões envolvidas na RSE (ou, em termos modernos, os *stakeholders* para os quais a empresa tem a responsabilidade, relacionamento, ou dependência, e (c) uma especificação da filosofia da capacidade de resposta às questões de RSE (BORBA, 2006; OTT; ALVES; FLORES, 2009; HOLANDA et al, 2011).

Dessa forma, Carroll (1979) notou que definições anteriores aludiam a responsabilidade das empresas para gerar lucro, obedecer a lei, e ir além dessas atividades. Assim, ele observou que, para ser completa, a definição deve abraçar uma gama de responsabilidades das empresas para a sociedade. Logo, ele ofereceu a seguinte definição: "A responsabilidade social das empresas abrange as expectativas econômica, legal, ética e discricionária que a sociedade tem das organizações em um determinado ponto no tempo" Carroll (1979, p. 500).

A responsabilidade econômica é fundamental e alicerce para as demais, visto que a empresa é a unidade econômica básica da sociedade que tem por objetivo obter lucro por meio da produção e venda de bens e serviços. As demais dimensões derivam desse pressuposto (CARROLL, 1979; BORBA, 2006; OTT; ALVES; FLORES, 2009; HOLANDA et al, 2011).

A responsabilidade legal integra o contrato social entre empresa e sociedade, uma vez que a sociedade espera o cumprimento da missão econômica da empresa dentro da estrutura de requisitos legais. A responsabilidade ética, apesar de não ser necessariamente codificada em leis e regulamentações, é esperada pelos membros da sociedade em relação às empresas, já que a sociedade possui expectativas acima dos requisitos legais em relação aos negócios (CARROLL, 1979).

A responsabilidade discricionária ou voluntária é aquela que as empresas têm a liberdade de assumir ou não, visto que não há imposição legal ou ética, além de não haver regras nesse sentido. Logo é deixada para o julgamento e escolha dos gerentes e das empresas e impulsionada pela sociedade. As atividades específicas são guiados pelo desejo empresarial para engajar-se em objetivos sociais não impostos ou exigidos pela lei ou pela ética, mas que são cada vez mais estratégicos. Exemplos dessas atividades de voluntariado podem incluir contribuições filantrópicas, realização de programas internos para os toxicodependentes, ou creches para as mães que trabalham (CARROLL, 1979, 1991). Essas atividades discricionárias são análogas às do terceiro círculo do CED (ajudando a sociedade).

Para que a RSE seja aceita como legítima, deve atender a todo um espectro de obrigações que o negócio tem para com a sociedade, incluindo a mais fundamental que é a econômica. Assim, Carroll (1991) apresenta essas dimensões da responsabilidade da empresa no formato de uma pirâmide, cuja base é a responsabilidade econômica (Figura 2).

Carroll (1979) defende que a sociedade espera que as organizações gerem lucro com as suas atividades, mas que obedeçam as leis e tenham atitudes éticas com seus direitos e deveres. E, por fim, executem ações voluntárias e pratiquem ações sociais de filantropia.



Figura 2 – Pirâmide da RSE

Fonte: Adaptado de Carrol (1991)

Nesse contexto, o modelo apresentado por Carroll (1979) permite a identificação e avaliação da resposta estratégica da empresa à uma questão social, possibilitando a compatibilidade e coerência entre as metas econômica e social.

De acordo com Wood (2010), uma importante contribuição para esse modelo foi apresentada por Wartick e Cochran (1985), incluindo princípios, processos e políticas, tornando o modelo mais robusto e lógico. Wood (1991) apresentou uma combinação do modelo de Carroll (1979) com a contribuição de Wartick e Cochran (1985). Wood (1991) introduziu aperfeiçoamentos importantes, indo além de uma identificação dos diferentes tipos de responsabilidades para examinar questões relacionadas com os princípios que motivam o comportamento responsável, a capacidade de resposta dos processos e os resultados de desempenho. Logo, a RSE recebeu um contexto mais amplo, incluindo uma ênfase nos resultados ou performance (WOOD, 1991; JAMALI, 2008). Também procurou tornar esse modelo mais prático relacionando desempenho social empresarial às teorias sobre estudos

organizacionais como a teoria institucional, a teoria dos *stakeholders* e a teoria da gestão de questões sociais.

Carroll (1991), argumentando que o termo social em RSE foi visto por alguns como vago e com falta de especificidade quanto a responsabilidade da empresa, sugere que o conceito de *stakeholders*, popularizado por Freeman em 1984, personaliza responsabilidades sociais por delinear grupos ou pessoas específicas do negócio que devem ser consideradas na orientação da RSE. Assim, a nomenclatura dos *stakeholders* "coloca nomes e rostos" nas partes interessadas ou seja, sobre os membros da sociedade ou grupos que são mais importantes e para os quais a empresa deve ser sensível (CARROLL, 1999; HEMPHILL, 2004).

Na evolução das discussões acerca de RSE, Hemphill (2004), apresenta o termo cidadania cooperativa como um conceito que evoluiu a partir do componente discricionário do modelo de Carroll (1991), que em sua definição mais ampla, reflete a essência da desempenho social corporativo. Enfatiza a utilização dos resultados do comportamento para melhorar a gestão das empresas.

Nas últimas décadas, muitos pesquisadores procuraram analisar a forma como a empresa responde à crescente pressão externa sobre a responsabilidade social e prestação de informação social. As empresas, com a finalidade de informar à sociedade sobre suas políticas nesse domínio, fornecem relatórios de responsabilidade social, sustentabilidade ou publicam essas informações em sites. Informações específicas são necessárias para a preparação desses relatórios sobre a interação da organização com o ambiente, funcionários, comunidade, usuários e outras partes interessadas. Por essa razão, com o desenvolvimento da responsabilidade social das empresas, a contabilidade social representa um papel crescente para a coleta de informações sociais, análise e apresentação para os *stakeholders*, visando refletir um comportamento ético corporativo. A própria informação social é definida como as comunicações fornecidas pela empresa sobre os diferentes aspectos sociais que podem ser afetados pelas atividades empresariais, como a comunidade social dos empregados, a proteção ambiental e outras questões éticas (SAPKAUSKIENE; LEITONIENE, 2014).

Para as empresas, a boa apresentação dessas informações significa uma forma de causar impacto positivo junto aos investidores, num mercado cada vez mais competitivo por fontes de investimento, e junto aos consumidores, cada vez mais conscientes da sua capacidade de cobrança (LANA et al, 2011).

A literatura científica fornece a análise sobre vários aspectos de fatores que influenciam a apresentação voluntária de informação social das empresas. No entanto, é possível apontar as seguintes principais direções de pesquisa: natureza e alcance social da informação; teorias sobre o comportamento das empresas na divulgação da informação social; impacto da RSC para a reputação da empresa e desempenho financeiro. Nesse trabalho será analisada a relação entre a RSC e o DF, cuja literatura será retomada adiante.

No Brasil, os primeiros momentos de mudança na mentalidade empresarial ocorreram em 1965 com a divulgação da “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE). Esse documento, ainda que restrito a um pequeno grupo e limitado a conceitos, foi a primeira referência histórica da RSC no Brasil. Essa associação postulava a necessidade de que as empresas, além de produzirem bens e serviços, devem possuir um propósito social para com os trabalhadores e para o bem comum da sociedade (ASHLEY, 2005).

Nas décadas de 60 e 70, o movimento sofreu limitações em virtude da política governamental. Mas com a queda do modelo de administração estatal, as empresas foram motivadas ao desenvolvimento puxado pelo aumento do investimento externo e pela liberdade de mercado, pois os espaços antes ocupados pelo Estado, transformaram-se em áreas de exploração. Nesse contexto houve a necessidade de adequação tanto das empresas como do próprio Estado e da sociedade, às tendências mundiais (CORREA, 2009).

Na década de 70, foi criada por meio do decreto-lei nº 76.900/75, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Trata-se de um relatório que presta contas sobre as informações sociais relacionadas aos trabalhadores, sendo de caráter obrigatório para todas as empresas. A RAIS tem como principais informações o nome do empregado, número de inscrição no PIS/PASEP, raça, sexo, idade, modalidades de salários contratuais, vínculo empregatício, horas de trabalho, décimo terceiro salário, Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), admissões e demissões. Visa prover ao Ministério do Trabalho e Emprego os controles estatísticos do Governo na área social, para cumprimento de programas sociais governamentais voltados para os trabalhadores, tais como o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Instituto nacional de

Seguridade Social – INSS. Porém essas informações não são publicadas, ou seja, a sociedade em geral não tem acesso a elas (CORREA, 2009; LANA et al., 2011).

Juntamente com a consolidação dos sindicatos e o surgimento das organizações não governamentais (ONGs), na década de 1980, as práticas sociais começaram a se fortalecer no meio empresarial, ampliando as discussões sobre a atuação social das empresas e da ética empresarial. Nesse contexto, algumas empresas passaram a investir em ações sociais e perceberam a necessidade de tornar públicas essas ações (LANA et al., 2011).

Dessa forma, no Brasil, a responsabilidade social empresarial tem sido impulsionada pelo Estado, visto que as empresas, ao enfrentarem desafios éticos para a dimensão econômica, ambiental e social nos negócios, necessitam de uma articulação efetiva com governos e comunidades, inclusive na busca por legitimidade junto à sociedade (KIRSCHNER, 2009; LEMOS; ROCHA, 2011).

Em 1997, com a atuação do sociólogo Hebert de Souza, o “Betinho”, a ideia de responsabilidade social das empresas e a proposta da divulgação alcançaram maior projeção nacional. Naquele ano, Betinho, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em parceria com outras organizações, lançou uma campanha para a divulgação anual do balanço social, sob a alegação de que este passaria a ser o primeiro passo para uma empresa tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã (ASHLEY, 2005).

2.2 Teoria dos *Stakeholders*

Atribui-se a um memorando interno do Instituto de Pesquisa de Stanford (*Stanford Research Institute – SRI*) em 1963 o uso pioneiro do termo *stakeholder* no campo da Administração. A ideia inicial era designar com essa palavra todos os grupos sem os quais a empresa deixaria de existir. Logo estariam inclusos acionistas, empregados, clientes, fornecedores, credores e a sociedade. Assim, os gestores deveriam entender as preocupações dos *stakeholders* para desenvolver objetivos a serem apoiados por eles (FREEMAN; MCVEA, 2001).

O termo *stakeholder* contém uma figuração simbólica, pois *stake*, em inglês, significa bastão de madeira ou metal, representando o poder dos *stakeholders* em uma organização, visto que são capazes de engrandecê-la ou destruí-la, na medida que seus interesses satisfeitos. Dessa forma, são capazes de oferecer uma visão

mais abrangente e inclusiva do desempenho e dos encargos das organizações na sociedade (LEMOS; ROCHA, 2011).

Nesse contexto, os *stakeholders* desempenham três papéis em relação ao desempenho social corporativo: são fonte de expectativas sobre o que se constitui a performance desejável e indesejável da organização; são os receptores das ações e dos resultados; e avaliam o quanto uma empresa atende suas expectativas ou como o comportamento delas afeta os grupos ou organizações no seu entorno. Logo, os *stakeholders* definem as normas do comportamento corporativo, sentem os efeitos das ações das empresas e fazem julgamentos sobre essas experiências (WOOD; JONES, 1995; LEMOS; ROCHA, 2011).

A teoria dos *stakeholders*, frequentemente atribuída a Freeman (1984), é muito utilizada academicamente para explicar a relação entre os investimentos sociais e ambientais com a performance financeira das empresas. Ela possui suas raízes na sociologia, no comportamento organizacional e na política de interesses de grupos específicos. Pode ser definida, segundo Freeman e Mcvea (2001), como a formulação e implementação de processos que satisfaçam a totalidade dos grupos que tenham interesses na empresa. A principal tarefa nesse processo seria gerenciar e integrar os relacionamentos e os interesses de acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidades e outros grupos, de modo a assegurar o sucesso da empresa em longo prazo (Figura 3). Logo, é possível concluir que trata-se de uma abordagem administrativa que enfatiza o gerenciamento ativo do macroambiente do negócio, dos relacionamentos entre os participantes, e a consequente promoção dos diferentes interesses (BARNETT; SALOMON, 2012; KAVESKI; MARTINS; HEIN, 2014).

Há dois aspectos interessantes sobre a teoria dos *stakeholders*. O primeiro é que os *stakeholders* são a fonte de capital, de trabalho e o ambiente para gerar lucro. Isso significa que se o comportamento da empresa é irresponsável para com o ambiente, funcionários, clientes e sociedade, então ela está criando circunstâncias para perder esses lucros. Em segundo lugar, os *stakeholders* são beneficiários de negócios, bem como portadores de risco e podem ser divididos em dois conjuntos classificados em primários e secundários. *Stakeholders* primários são aqueles que estão envolvidos diretamente nas operações da empresa como funcionários, clientes e financiadores; enquanto os secundários são aqueles que estão indiretamente

envolvidos em operações da empresa, como mídia, governo e sociedade em geral (BORGER, 2001; IQBAL et al, 2014).

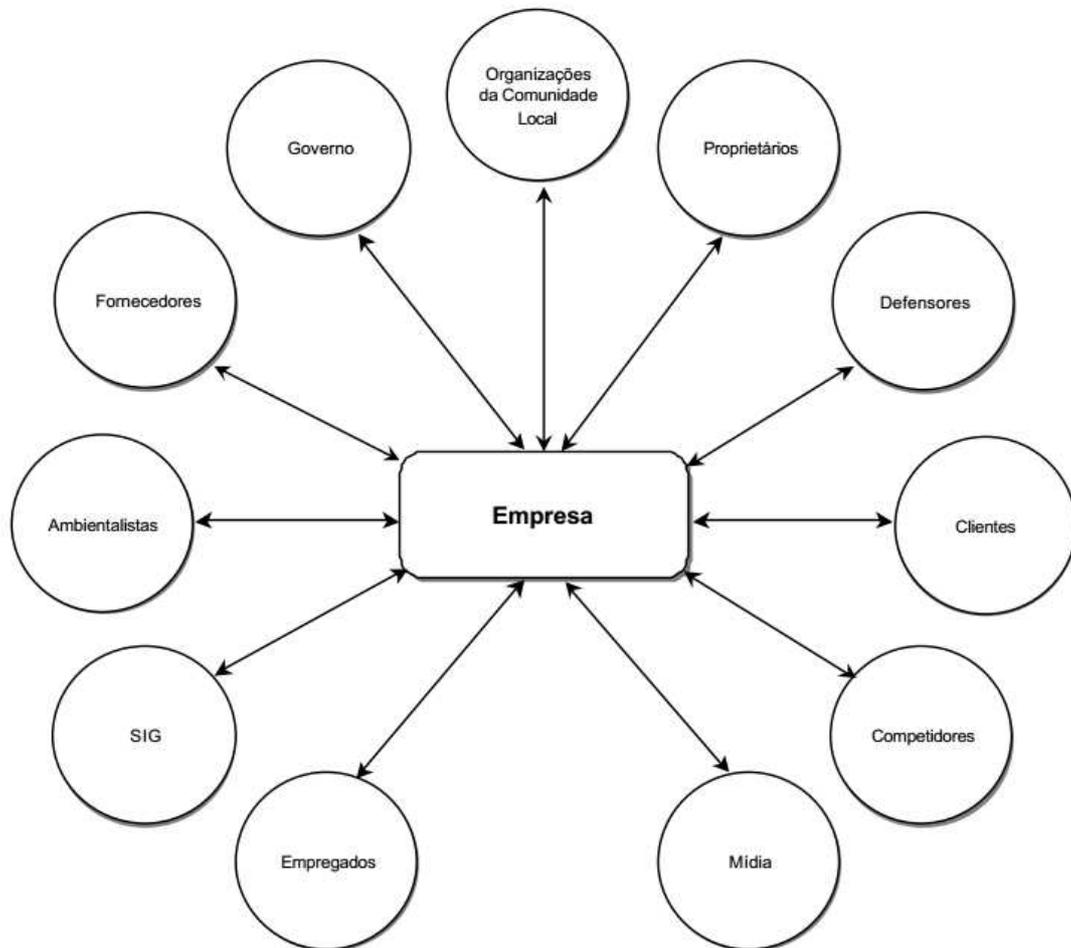


Figura 3 - Visão dos Stakeholders

Fonte: Adaptado de Freeman; McVea (2001)

Conforme Freeman e McVea (2001), a teoria dos *stakeholders* vem se desenvolvendo dentro de quatro linhas distintas de pesquisa: o planejamento corporativo; a teoria de sistemas; a responsabilidade social corporativa; e a teoria organizacional. Destaca-se a responsabilidade social, no sentido da importância da construção de um relacionamento forte e confiável entre as organizações e os grupos externos, buscando o sucesso da gestão empresarial.

A teoria dos *stakeholders* propõe que a empresa deve assumir múltiplos objetivos, agregando valor a todas as partes relacionadas, e não apenas buscar a maximização da riqueza do acionista (FREEMAN, 1984). Logo, está fundamentada

no pressuposto de que o resultado final da atividade de uma organização empresarial deve levar em consideração os retornos que otimizam os resultados dos *stakeholders* envolvidos, e não apenas os resultados dos acionistas.

Nesse contexto, a empresa, ao implementar práticas que favoreçam seus grupos de interesse, estimula uma postura estratégica, visando a geração de benefícios futuros. Esse fato está atrelado as crescentes modificações do mercado que tendem a atribuir às empresas um papel social, visando atender às expectativas dos diferentes *stakeholders*. Isso tem sido notado nas últimas décadas, na propensão dos investidores a evitar as empresas com tendência crescente em seus custos sociais e ambientais futuros, evitando também a vinculação àquelas, que não demonstram preocupação com as questões sociais e ambientais que as envolvem (RABELO; SILVA, 2011).

As organizações passaram a ter consciência sobre como suas ações afetam o meio ambiente e o bem estar social. A perspectiva dos *stakeholders* e uma compreensão de suas necessidades, é, portanto, de extrema importância. Nesse contexto, Munro (2013), aborda as perspectivas e preferências dos *stakeholders* para determinadas atividades de responsabilidade social e iniciativas sociais e comunitárias. Dessa forma, sob a abordagem da teoria dos *stakeholders*, o desempenho financeiro das empresas pode estar atrelado aos investimentos ambientais e sociais, devido a pressão exercida pelo mercado sobre a RSE.

Para que as empresas possam alcançar benefícios, em curto ou longo prazo, a partir de suas atividades socialmente responsáveis, os *stakeholders* devem obter informações sobre essas atividades de responsabilidade social, de modo a serem capazes de agir e exercer alguma influência sobre os tomadores de decisão corporativa (AKISIK; GAL, 2014).

Além de informar aos *stakeholders* sobre as atividades reais das empresas, as divulgações de RSE também podem mudar percepções da empresa pela comunidade mais ampla dos *stakeholders*. No entanto, as diferentes métricas utilizadas e as diferentes informações divulgadas tornam difícil comparar o desempenho da RSE entre as empresas. As empresas podem optar por fazer divulgações em formatos alternativos, mas um formato geralmente aceito para divulgações de RSE em nível internacional tem sido estabelecido pela GRI (AKISIK; GAL, 2014). Esse tema será retomado adiante.

2.3 Balanço Social como ferramenta para a responsabilidade social

Os relatórios de sustentabilidade e os balanços sociais das empresas são um componente cada vez mais importante de estratégia corporativa sendo incorporados aos sistemas de tomada de decisão. Também são cada vez mais focados em objetivos e metas dos *stakeholders* das organizações. Várias iniciativas internacionais sobre diretrizes socioambientais e relatórios de sustentabilidade também desempenham um papel importante no aumento dessa prática entre as diferentes organizações de todo o mundo (RAMOS et al, 2013).

De origem europeia, o BS é um utilizado para fornecer, de forma ética e transparente, informações de natureza socioeconômica sobre a relação da empresa com os seus mais variados públicos: colaboradores, clientes, fornecedores, governo e a sociedade. Tem enfoque predominantemente econômico, pois preocupa-se em esclarecer como foi criada a riqueza de uma empresa.

O BS integra a contabilidade social, que por sua vez, é parte das ciências contábeis, que tem como objetivo estudar os reflexos das variações patrimoniais nas empresas, na sociedade e no meio ambiente (ALVES; RIBEIRO; TAFAREL, 2014). O BS, portanto, é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar da forma mais transparente possível informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das empresas para diferentes usuários (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Esse instrumento de informação representa a demonstração dos gastos e das influências recebidas e transmitidas pelas entidades na promoção humana e social. Entende-se que o BS pode ser considerado um instrumento gerencial constituído por um processo que abrange planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações sociais de cada empresa, de forma a sistematizar sua gestão social.

Ainda, o BS é uma ferramenta fundamental dentro do planejamento estratégico das organizações tanto privadas quanto públicas. Constitui-se em ferramenta de gestão e de informações econômicas, financeiras e sociais, oriundas das atividades desenvolvidas pelas empresas (REIS; MEDEIROS, 2007).

2.3.1 Evolução do Balanço Social

Embora não exista na literatura uma data concreta que defina o surgimento do BS, esse demonstrativo já era elaborado há algumas décadas em países como

Espanha, Inglaterra, França, Portugal entre outros. O BS foi publicado na Alemanha no ano de 1939. Na América do Norte, as primeiras publicações ocorreram na década de 60 durante o mandato de Nixon. A guerra com o Vietnã provocava ações de hostilidades às empresas norte americanas, com sérios reflexos na economia. Essas hostilidades, na concepção do governo seriam minimizadas com a demonstração dos benefícios sociais praticados pelas empresas, relacionando as ações de RS com os demonstrativos contábeis. Assim, o BS veio como alternativa para reverter essa imagem negativa perante os investidores, acionistas e a sociedade (CILIBERTI, 2008).

Na década de 1960, com o surgimento da RSE contemporânea, nasce a primeira onda da RSE que ocupava-se basicamente do desenvolvimento de ações sociais, que visavam a estimular a participação voluntária em programas voltados aos cuidados ambientais, alfabetização e desenvolvimento comunitário. Esses projetos perderam força em função do declínio econômico ocorrido nos Estados Unidos no final da década de 70 (KITAHARA, 2007, 2012).

Nesse mesmo período, a responsabilidade social ganha espaço nos países da Europa quando várias empresas passaram a elaborar e publicar os seus balanços sociais. No ano de 1971 a companhia STEAG, com sede na Alemanha, apresentou um relatório social no qual constavam as ações da empresa. Em 1972, a empresa francesa SINGER também publicou seu BS. Em 1977, o Governo francês foi o primeiro país a publicar seu balanço social legalmente (KITAHARA, 2007, 2012).

A segunda onda tem seu início na década de 1980, motivada pela política de cortes nos gastos federais praticada pelo Presidente Reagan, que reduziu consideravelmente os recursos destinados a projetos sociais até então financiados pelo governo. Esse fato foi decisivo para o início de um movimento voluntário corporativo que desde então passou a atender necessidades sociais (KITAHARA, 2007, 2012).

Em 1984 a Nitrofertil (BA) publicou o primeiro BS de uma empresa brasileira. Em seguida, foi publicado o relatório de atividades sociais do sistema Telebrás e, em 1992 o Banco do Estado de São Paulo – BANESPA - publicou um relatório completo de suas ações sociais. Essas iniciativas incentivaram a primeira tentativa de normatizar a publicação do BS no Brasil. Em 1991 foi encaminhado ao Congresso Nacional um anteprojeto propondo a publicação do BS, que foi aprovado no Senado

e rejeitado na Câmara dos Deputados. Porém, o grande incentivo à publicação do BS pelas empresas coube ao sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, por intermédio do IBASE. No ano de 1997 ele começou uma campanha propondo às empresas divulgarem o BS. A empreitada de Betinho surtiu efeito, com diversas empresas passando a publicar o BS. Como consequência desse movimento, em 1997, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através de uma instrução normativa, indicava que as empresas de capital aberto deveriam publicar o BS anualmente (KROETZ, 2000, FERREIRA et al, 2011).

A terceira onda teve seu início no começo do século XXI, na Europa com a presença de ativistas das questões ambientais, comunitárias, entre outros. O foco era a definição da RSE e como as empresas fariam para demonstrá-la e avaliar seu impacto (KITAHARA, 2007; 2012).

O principal objetivo do BS é demonstrar à sociedade a responsabilidade social das empresas e o seu comprometimento com os *Stakeholders*. Para Izquierdo (2005), a elaboração e divulgação do BS é importante por vários motivos: auxiliar na tomada de decisão interna da empresa; demonstrar a produtividade dos funcionários; e planejar a execução das ações socioambientais; dentre outros.

Segundo Kroetz (2000), em nível interno, as informações devem expressar as iniciativas relevantes que contribuem para a qualidade de vida na entidade e promoção humana de seus empregados, tais como: educação profissional e formal, saúde, segurança no trabalho, alimentação e esporte. De acordo com Tinoco (2010), é possível extrair uma vasta gama de indicadores de ordem econômica e social, tanto quantitativos como qualitativos do BS.

Nesse contexto, o BS pode ser considerado um demonstrativo de confiança podendo ser utilizado nas negociações entre empresa e sindicatos, demonstrando que o foco da empresa não é somente o lucro. Mas, também, o resultado socioambiental relacionado à sua atuação, visando agregar valor à imagem.

2.3.2 Processo de comunicação do BS

A relevância do processo de comunicação acerca de RSE tem sido estudada como pré-requisito para a manutenção de uma imagem institucional positiva junto aos *stakeholders* enquanto provável diferencial competitivo (CONCEIÇÃO et al, 2011).

A comunicação ou *disclosure* do BS pelas empresas contribui para a elaboração de planejamentos que visam o desenvolvimento empresarial, econômico e social. Ou seja, através desse demonstrativo, as empresas que praticam a responsabilidade social encontraram uma forma de dar publicidade as suas ações com relação a seus colaboradores, comunidade e meio ambiente. Dessa forma, a divulgação anual desse documento pela empresa é uma maneira de demonstrar essas práticas no campo social (CONCEIÇÃO et al, 2011; WONG; MILLINGTON, 2014).

A publicação do BS implica em uma mudança da visão tradicional em que a empresa deveria tratar apenas de produzir e obter lucro, sem se preocupar com a satisfação de sua força de trabalho e com o ambiente externo, para uma visão moderna em que os objetivos da empresa incorporam sua responsabilidade social.

Logo, a partir dessa ideia é possível dizer que o BS tem o objetivo de evidenciar o desenvolvimento das ações sociais realizadas pelas empresas. Pois, através da elaboração e divulgação, surge a oportunidade da organização destacar essas potencialidades, demonstrando sua influência e participação na economia local, regional e nacional (CONCEIÇÃO et al, 2011; WONG; MILLINGTON, 2014).

O BS não deve ser apenas um documento institucional, deve também expressar informações claras sobre as ações sociais da empresa. Ou seja, não deve ater-se, assim como faz o Balanço Patrimonial, apenas ao demonstrativo dos fatos passados. Mas também que estes fatos sirvam de base para projeções e geração de metas e estratégias para o alcance destas, em benefício às empresas e aos *stakeholders*. Logo, é importante fazer o uso correto do BS no sentido estratégico do planejamento organizacional. Assim, deve-se tomar por base o resultado de um período e sua variação, para objetivar metas para os próximos exercícios.

Muitos países utilizam modelos próprios de relatório, cujos conteúdos, enfatizam determinados aspectos em detrimento de outros, de acordo com as suas necessidades e culturas. Por exemplo, algumas nações priorizam os aspectos ambientais, enquanto outras destacam as relações de trabalho e projetos voltados para as comunidades (MUNRO, 2013).

Devido à importância crescente do BS, algumas entidades propuseram modelos, dentre os quais o *Global Reporting Initiative* (GRI). Ele teve início em 1997, na Holanda, e utiliza um modelo de BS voltado a sustentabilidade econômica, social e ambiental conferindo-lhe a utilidade e seriedade dos relatórios financeiros. O GRI é

resultado de um acordo internacional, criado com uma visão de longo prazo, de caráter múltiplo (*multistakeholder*), cuja missão é elaborar e difundir as diretrizes de relatórios de sustentabilidade aplicáveis global e voluntariamente pelas organizações (TINOCO; KRAEMER, 2008).

No Brasil, algumas organizações vêm desempenhando um relevante papel com relação ao estabelecimento de orientações para a divulgação de informações socioambientais. Entre elas, o modelo do Instituto Ethos visa a contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental e, incentiva a formação de uma cultura empresarial ética. O Instituto Ethos desenvolveu uma estrutura para elaboração e a publicação do BS, criando os indicadores Ethos de RSE, que abordam valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade (REIS; MEDEIROS, 2007, SAMPAIO ET AL, 2012).

Nesse mesmo contexto, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, tem contribuído para o estabelecimento de diretrizes para publicação de informações sociais e ambientais. A estrutura indicada para o BS proposto pelo IBASE contempla: indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (SAMPALIO ET AL, 2012).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), visando a estabelecer procedimentos para a divulgação de informações sociais e ambientais, publicou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T-15 em 2004. Essa norma estabelece que as informações devem revelar os gastos relacionados com recursos humanos, com a sociedade e com o meio ambiente (CFC, 2004; SAMPAIO ET AL, 2012).

Com o propósito de incentivar uma abordagem padronizada em nível global, foram criadas diretrizes para divulgação de relatórios de sustentabilidade pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Trata-se de uma organização em rede com a participação de várias instituições visando a discussão de aspectos relacionados à sustentabilidade por meio da divulgação transparente das ações das empresas (SAMPALIO ET AL, 2012).

Nesse contexto, o modelo mais disseminado pelo mundo é o GRI, porém, no Brasil o modelo de BS mais utilizado é o desenvolvido pelo IBASE. Ambos têm como

objetivo fomentar as discussões relacionadas à transparência e a gestão responsável das empresas.

A análise individual do balanço social em conjunto com demais demonstrações contábeis proporciona inúmeros indicadores de qualidade, para acompanhar a evolução quantitativa e qualitativa das realizações organizacionais e o patrimônio da empresa. Os modelos publicados e aqueles propostos pela literatura contábil sobre o balanço social, apresentam a demonstração do valor adicionado – DVA como parte integrante do relatório. Contudo, a Lei 11.638/07 passou a obrigar a divulgação da demonstração do valor adicionado por parte das sociedades anônimas de capital aberto, de maneira autônoma (MAGRO et al, 2012).

2.4 Relação entre RSC e DFE

Ao longo do tempo vários autores passaram a se dedicar ao assunto apresentando detalhamentos e sugestões para uma melhor compreensão sobre a relação entre RSC e PF. A evolução dessas tendências teóricas de pensamento é apresentada no Quadro 1:

Autor	Pensamento	Relação entre RSE e DF
Bowen (1953)	Obrigações sociais e ética	Não apresenta
Wallich; McGowan (1970)	Consonância entre os interesses sociais e econômicos	Pouco relacionamento, sem sustentação teórica
Carroll (1979), Wartick; Cochran (1985), Wood (1991)	Modelo de desempenho social empresarial	Forte, mas ainda com pouco relacionamento
Freeman (1984), Clarkson (1995), Jones (1995)	Abordagem dos stakeholders e gestão estratégica	Forte relacionamento

Quadro 1 - Tendências teóricas no modo de pensar a RSE

Fonte: OTT; ALVES; FLORES, (2009)

Muitos fatores afetam a relação RSE e DF. SURROCA; TRIBÓ; WADDOCK, (2010) propõem um modelo (Figura 4) em que os recursos intangíveis (inovação, capital humano, reputação e cultura), tradicionalmente vistos como a base da vantagem competitiva de uma empresa, poderiam ajudar a explicar a relação entre RSE e DF. O estudo verificou que a RSE estimula o desenvolvimento desses recursos intangíveis o que leva por sua vez a melhoria dos resultados financeiros. Logo, como resultado, não existe uma relação direta entre a RSE e DF. Existe sim, uma relação indireta, mediada por valores intangíveis de uma empresa gerando um círculo virtuoso no qual qualquer aumento de um tipo de desempenho é traduzido numa melhoria do outro.

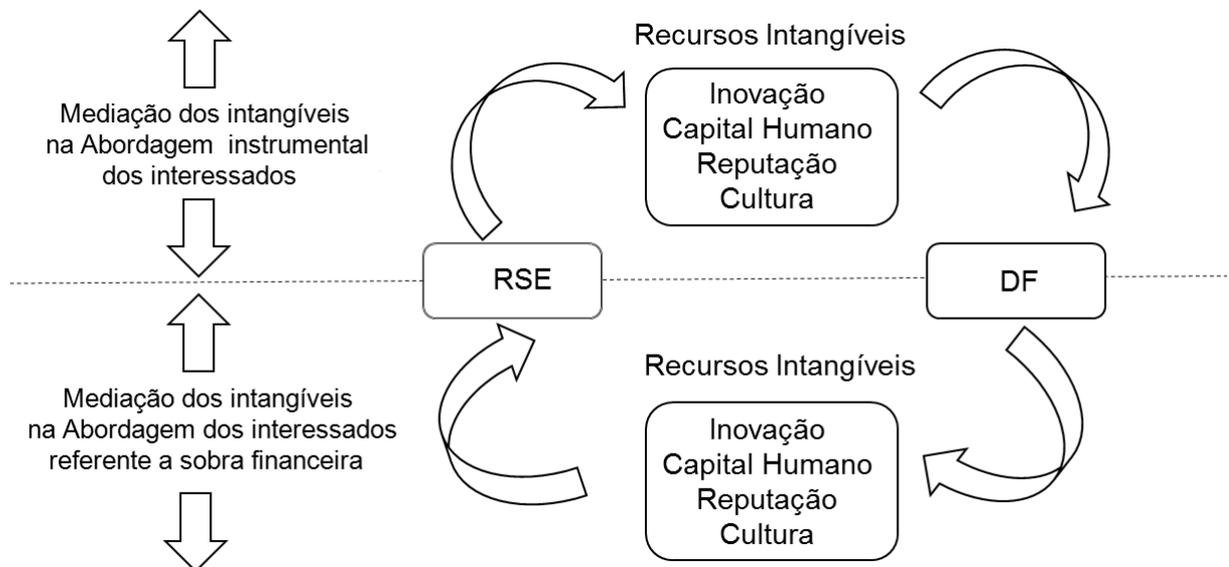


Figura 4 - Fatores que afetam a relação entre RSE e DF

Fonte: Adaptado de SURROCA; TRIBÓ; WADDOCK, (2010)

2.4.1 Estudos empíricos nacionais anteriores

Os principais estudos empíricos nacionais sobre a relação entre RSE ou DSA e DF ou DEF são apresentados no Quadro 2.

Autores	Foco	Resultado
Borba (2006)	Companhias abertas não financeiras com ações negociadas na Bovespa que apresentaram liquidez anual maior que 0,001% e que publicam o BS modelo IBASE	Não há relação estatisticamente positiva ou negativa significativa entre o DSA e o DEF
Arantes (2006)	Evolução do valor de ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque e São Paulo por empresas que estão no DJSI e as que estão no DJGI	Empresas que compõem o DJSI apresentam valorização de suas ações acima daquelas que compõem o DJGI
Macedo et al (2007)	Desempenho de empresas socialmente responsáveis que compõem o ISE e as representativas de mercado (Revista Exame 500 Maiores e Melhores)	Não foram observadas diferenças significativas nos índices sob análise entre os dois grupos de empresas (socialmente responsáveis e representativas de mercado)
Kitahara (2007)	Associação estatística entre as empresas que publicam o BS do modelo IBASE com a lucratividade	O DF e os investimentos em RSC estão relacionados entre si
Tupy (2008)	Empresas listadas na BOVESPA com os índices, IBR-X e ISE e BS publicados no site “Em boa companhia”	Não existe relação estatisticamente significativa entre DEF e DSA das empresas pertencentes aos índices IBR-X 50 e ISE
Cesar; Silva Jr. (2008)	Empresas com ações negociadas na BOVESPA e que publicam regularmente o BS modelo IBASE	DF possui relação estatisticamente significativa com o DS
Souza (2008)	Relação entre cotação das ações de três instituições financeiras e publicação do BS	Não há consistência para indicar relação entre cotação das ações e publicação do BS
Ceretta et al (2009)	Empresas que operam no Brasil com Balanço disponível em meio eletrônico	Relação significativa entre os indicadores sociais externos e a receita líquida
Holanda; Almada; Luca (2010)	Empresas do setor elétrico brasileiro com ações negociadas na BM&FBovespa, que publicaram o BS no modelo IBASE	Alto DSA não está associado a alto DF

continua

Autores	Foco	Resultado
Crisóstomo, Freire e Vasconcellos (2011)	Empresas não financeiras que publicam o BS no modelo IBASE	Não há correlação entre RSE e valor da empresa
Sousa et al (2011)	Grau de correlação entre as receitas líquidas das empresas com ISE no período em que fizeram parte da carteira	Após o ingresso das empresas na carteira do ISE, as receitas líquidas aumentaram em relação ao ano anterior
Orellano; Quiota (2011)	Empresas de capital aberto listadas na BOVESPA que publicaram seus BS entre 2001 e 2007	Há correlação positiva entre o DSA com os indicadores financeiros
Kitahara (2012)	Empresas fornecedoras de produtos ou serviços que publicam seus BS no modelo IBASE	Existe relacionamento direto entre a receita líquida e os investimentos em RSE
Magro et al (2012)	Empresas não financeiras listadas na BOVESPA que publicam o BS modelo IBASE e divulgam ações de RS pelo site "Em Boa Companhia"	
Chitolina (2012)	Valorização das empresas que faziam parte dos índices ISE e IBrX da Bovespa nos anos de 2005 a 2010	Os resultados apontam ganhos econômicos e redução de risco
Ivo (2012)	Empresas brasileiras não financeiras de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA e listadas no ISE, IBOVESPA, segmentos diferenciados do Novo Mercado (NM), Nível 1 (N1) e Nível 2 (N2) comparadas com as que não apresentam ISE	Empresas que decidiram adotar práticas RSE, mesmo que incorrendo em gastos adicionais para implementá-las, não tiveram seus DF alterados
Salgado; Silva; Cunha (2012)	Empresas listadas na BM&FBovespa, integrantes do ISE	A criação de valor e o DF independem da RSE e dos investimentos em sustentabilidade

conclusão

Autores	Foco	Resultado
Lima et al (2013)	Companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, setor de energia, do exercício de 2011 e que publicam BS modelo IBASE	Investimentos socioambientais internos influenciam positivamente os indicadores econômico-financeiros
Kaveski; Martins; Hein (2014)	Empresas distribuidoras de energia elétrica, filiadas ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no período de 2011	Empresas com altos DEF possuem maiores RSA
Alves; Ribeiro; Taffarel (2014)	Companhias abertas do segmento de energia elétrica que compõe o IBOVESPA, entre 2010 e 2012 e que publicam BS modelo IBASE	Os investimentos sociais internos apresentam uma relação positiva e significativa da rentabilidade sobre o ativo Sugerindo que investir nos funcionários reflete positivamente no desempenho da empresa
Furtado; Souza (2014)	Empresas brasileiras listadas no ISE e não ISE	Empresas que compõem o ISE tem um desempenho superior às empresas que não integram o índice

Quadro 2 - Estudos empíricos anteriores

A partir da análise do Quadro 2, nota-se que não há consenso acerca da relação entre RSE e DF. Provavelmente pelo fato dos estudos abrangerem diferentes períodos de tempo, diferentes setores empresariais e também por utilizarem diferentes métricas de RES e DF e diferentes documentos de divulgação de informações. Dessa maneira, mais estudos são necessários para estabelecer essa relação.

2.5 Métricas e Indicadores

Nota-se, nas pesquisas empíricas sobre a relação entre RSE e DF, uma intensa utilização das ferramentas estatísticas visando demonstrar evidências quantitativas sobre essa relação. Portanto, é necessário estabelecer métricas para

proceder essa análise, por meio de indicadores que representam as variáveis consideradas pelos estudos.

2.5.1 Indicadores de DF

Para medir o DF das organizações, há uma lista extensa de medidas recaindo em duas categorias gerais que evoluíram consideravelmente a partir da década de 1970: retorno ao investidor e retorno (lucro) contábil. O retorno ao investidor pode ser mensurado a partir da perspectiva dos acionistas. Logo mudanças no preço por ação podem ser usadas como o índice de retorno do investidor. No entanto, essa mudança de preços por ação é somente um elemento do retorno do investidor. Ganhos de dividendos é outro, e deve ser incluído em qualquer medida de lucros do investidor (CESAR; SILVA JR, 2008; CHITOLINA, 2012). A seguir apresentam-se algumas métricas utilizadas para mensuração da criação de valor das empresas.

A taxa de retorno sobre os ativos (ROA) ou *return on assets*, também pode ser considerada uma medida de retorno sobre investimentos. ROA expressa a taxa de retorno dos ativos totais. A identidade de cálculo é expressa por:

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total (final)}}$$

O ROA, também é encontrado na literatura como retorno sobre o investimento ou ROI (*Return on Investment*). É uma medida quantificadora do resultado gerado pelas aplicações realizadas pela empresa em seus ativos e, é encontrado pela seguinte expressão:

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Investimento}}$$

Assaf Neto e Lima (2014) destacam que o resultado representa o custo máximo que uma empresa poderia suportar em aplicações de recursos (uma porcentagem decorrente da razão do lucro líquido pelo capital investido). Uma forma mais rigorosa de análise é apresentada por Assaf Neto (2012), onde se deduz do

ativo total o lucro líquido, para posterior divisão do lucro operacional por este resultado.

Pode-se relacionar, ainda, a ROA com a taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) ou *return on equity*, obtido mediante a multiplicação do ROA pelo Multiplicador de Alavancagem Financeira (MAF), que, por sua vez, é o resultado da divisão do ativo total pelo patrimônio líquido.

$$\text{ROE} = \text{ROA} \times \text{MAF}$$

$$\text{MAF} = \text{ativo total} / \text{patrimônio líquido}$$

A análise do retorno sobre o patrimônio líquido, torna-se possível observar a rentabilidade sobre os recursos líquidos da empresa em relação à rentabilidade sobre os recursos efetivamente investidos. Assim, o ROE pode ser considerado como a rentabilidade sobre o capital investido (patrimônio líquido) pelos acionistas da empresa (KASSAI, 2005). O ROE também pode ser obtido por:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido (médio)}}$$

De acordo com Gitman (2010), se determinada empresa não utilizasse capitais de terceiros, financiando suas operações apenas com capital próprio, seu ROA e ROE seriam os mesmos. Ele afirma que a utilização do MAF para multiplicar o retorno sobre ativos, e assim determinar o retorno sobre o patrimônio líquido, demonstra o efeito da alavancagem sobre o retorno dos proprietários.

Outro índice indicador é o EVA® (Valor Econômico Agregado - *Economic Value Added*). A demonstração de viabilidade econômica de uma empresa parte da análise do retorno sobre seus investimentos na medida que eles cobrem, no mínimo, o custo do capital investido. O EVA® é o resultado excedente à esta remuneração mínima exigida pelos investidores (ASSAF NETO, 2012). A fórmula para cálculo do EVA® é dada por:

$$\text{EVA}^{\circledast} = \text{NOPAT} - (\text{CI} \times \text{WACC})$$

Nessa expressão NOPAT (*Net Operating Profit After Taxes*) representa o lucro operacional após o IR (imposto de renda) e CI é o capital investido. O termo WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) representa o custo médio ponderado de capital investido ou capital total aplicado na empresa (fixo e de giro).

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador que representa o lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações. Abrange o lucro operacional mais as depreciações e amortizações, cujo objetivo é a mensuração da capacidade operacional de geração de lucro das empresas, não se levando em conta fontes de financiamento de capital (CHITOLINA, 2012).

O Q de Tobin é definido como o valor de mercado de uma empresa calculado pelo valor de reposição de seus ativos tangíveis, sendo amplamente utilizado como um indicador de valor intangível em pesquisas econômicas. Pode ser calculado de forma simplificada para se obter uma aproximação dos custos de reposição dos ativos tangíveis, somando valor contábil do inventário ao valor líquido da planta física e dos equipamentos. Essa aproximação muitas vezes gera resultados quantitativamente similares. O uso do valor contábil em vez do valor de mercado da dívida, estoques, planta e equipamentos, introduz algum viés sistemático, por isso deve se incorporar os efeitos setoriais na análise estatística, caso estes vieses estejam ligados aos setores. O Q de Tobin pode ser expresso como:

$$Q = \frac{VMA + VMD}{VRA}$$

Nessa equação, VMA representa o valor de mercado das ações ou capital próprio da firma; VMD indica o valor de mercado das dívidas, ou capital de terceiros empregados, sendo VMA + VMD o valor de mercado da firma. E o VRA, por sua vez, representa o valor de reposição dos ativos. O Q de Tobin, de acordo com Fama; Barros (2001), tem sido utilizado como proxy no campo das finanças, representando uma variável que expressa o valor da empresa, no sentido de desempenho tornando-se um indicador prontamente comparável de empresa para empresa. O Quadro 3 apresenta um resumo desses indicadores.

Indicadores Contábeis Financeiros	Descrição
Retorno do Ativo (ROA)	Lucro Líquido / Ativo Total
Retorno do Patrimônio Líquido (ROE)	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido
Q de Tobin	Valor de mercado da empresa
EBITDA	Lucro antes dos juros, imposto, depreciação e amortização

Quadro 3 - Estudos empíricos anteriores

Fonte: Adaptado de Chitolina (2012)

2.5.2 Indicadores de RSE

Os indicadores de RSE são instrumentos organizacionais utilizados para direcionar suas estratégias, consistindo em dados e informações que permitem aos gestores definir, através da análise, os cenários para determinada situação. Diferentes países adotam distintos modelos de avaliação que expressam diversos conjuntos de indicadores. Segundo Wood (2010), pode-se distinguir duas modalidades de avaliação da responsabilidade social: as de natureza quantitativa e as de natureza qualitativa. A primeira está baseada em índices e a segunda em análise de conteúdo. Grande parte das empresas apresenta os resultados da gestão de responsabilidade social através da publicação do BS (RABELO; SILVA, 2011).

Dessa forma, as empresas passaram a divulgar, de maneira voluntária, os resultados de suas práticas sociais, por meio do BS, visando a transparência de suas informações. Devido a inexistência da obrigatoriedade de divulgar qualquer indicador, várias estruturas e modelos podem ser seguidos para a elaboração desse instrumento. Esses modelos têm em comum alguns aspectos como: faturamento, lucro, número de empregados e folha de pagamento bruta, valores gastos com encargos sociais e tributos, despesas com alimentação, treinamento, saúde e segurança do trabalhador, benefícios concedidos, investimentos e doações para a sociedade, entre outras formas de participação social (RABELO; SILVA, 2011). O

Quadro 4 apresenta os modelos de indicadores de RSE identificados por Rabelo; Silva 2011).

MODELOS	ENFOQUE	TIPOLOGIA	GRUPO FOCO	EMPRESAS QUE UTILIZAM
Global Reporting Initiative (GRI)	TBL (triple Bottom line)	Relatório abrangente	Todas as empresas	Mais de 1500 empresas adotam esse modelo atualmente. Entre elas: ABN Amro Banco Real, Adidas, Coca-Cola; Colgate.
Global Compact	Saúde, Direitos Humanos e corrupção.	Acordo internacional	Todas as organizações com ou sem fins lucrativos	O Boticário e Petrobrás
Indicadores Ethos	Sete dimensões: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade.	Relatório de auto-avaliação	Todas as empresas	Bradesco, Sadia.
Modelo Ibase	Tem cinco dimensões: indicadores sociais internos; indicadores sociais externos; indicadores ambientais; indicadores do corpo funcional; informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.	Relatório resumido	Todas as empresas	Amazônia Celular, Banco do Brasil, Calçados Azaléia, Grupo Pão de Açúcar, Marcopolo, SulAmérica Seguros, Votorantin Celulose e Papel.
Modelo de Hopkins	Informações socioeconômicas e ambientais.	Relatório de auto-avaliação	Todas as empresas	Análise da Coelba, Celpe, Cosern e Colece feito por Daher (2006, p. 129-145).
Norma Social Accountability 8000 – SA 8000	Relações com funcionários, condições de trabalho.	Norma certificável	Todas as empresas	Bradesco, Avon Cosméticos, Alcoa ALUMÍNIO.
Accountability 1000 – AA 1000	Diálogo com stakeholders	Norma não certificável	Organizações com ou sem fins lucrativos	Souza Cruz, SESI, Shell, British Telecom.

Quadro 4 - Modelos de Indicadores de RSE

Fonte: Rabelo; Silva, (2011)

O modelo GRI sugere uma divisão em cinco sessões: visão estratégica da empresa com relação à sustentabilidade, perfil geral da estrutura e atuação da empresa, estrutura de governança e sistema de gestão, sumário dos conteúdos e indicadores de desempenho. Os indicadores de desempenho da GRI estão

agrupados em três dimensões: econômica, ambiental e social. Cada dimensão apresenta descritores conforme Quadro 5.

Dimensão	Descritores
Econômica	Consumidores Fornecedores Empregados Investidores Setor Público
Ambiental	Matéria Prima Energia Água Biodiversidade Emissões, efluentes e resíduos Fornecedores Produtos e Serviços
Social	Práticas trabalhistas e trabalho decente Direitos humanos Sociedade Responsabilidade sobre o produto

Quadro 5 - Dimensões dos indicadores da GRI

Fonte: Adaptado de Rabelo; Silva (2011)

O Instituto Ethos desenvolveu um conjunto de indicadores que permite identificar a performance das organizações em relação a suas práticas socialmente responsáveis. Os indicadores são apresentados em forma de questionário de avaliação da empresa dividido em sete temas: Valores e transparência; Público interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores/clientes; Comunidade; Governo e sociedade.

O BS modelo do IBASE é o mais utilizado e conhecido no Brasil, contém 51 indicadores, que apresentam dados dos exercícios anuais da empresa, distribuídos em 7 categorias: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações

relevantes. O Quadro 6 apresenta os principais indicadores propostos no modelo (MAGRO et al, 2012).

Grupos	Informação
1 – Base de cálculo	Informações financeiras: receita líquida; resultado operacional; folha de pagamento bruta.
2 – Indicadores sociais internos	Investimentos obrigatórios e voluntários da empresa para atender ao corpo funcional: alimentação, encargos sociais; planos de previdência privada, saúde, medicina e segurança no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio creche; participação nos lucros ou resultado, e outros.
3 – Indicadores sociais externos	Investimentos voluntários da empresa para a sociedade em geral: projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamentos de tributos e outros.
4 – Indicadores ambientais	Investimentos realizados para mitigar ou compensar seus impactos ambientais. Projetos de melhoria ambiental: inovação tecnológica, educação ambiental.
5 – Indicadores do corpo funcional	Relacionamento interno com seus empregados: criação de postos de trabalho, número de estagiários, diversidade: negros, mulheres, deficientes, negros em cargos de chefia.
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	Indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição de benefícios. Diretrizes e processos relacionados à gestão da responsabilidade social corporativa.
7 – Outras Informações	Outras informações relevantes relacionadas a práticas sociais e ambientais.

Quadro 6 - Indicadores IBASE

Fonte: IBASE (2015)

De acordo com Ashley (2005), Hopkins, em 1997, estabeleceu indicadores visando a análise do perfil de SER subdivididos em três níveis que envolvem: I. Princípios da Responsabilidade Social; II. Processo de Capacidade de Resposta Social; III. Resultados/Ações de Responsabilidade Social. Os indicadores são genéricos para todas as empresas e, para cada um, é sugerida uma forma de medição.

No nível I, são observados os princípios da legitimidade, da responsabilidade pública e do arbítrio dos executivos. No nível II, há dois indicadores agregados às respostas das empresas, que se referem à percepção do ambiente e ao gerenciamento dos *stakeholders*. No nível III, são observados os efeitos das ações sob os *stakeholders* internos e externos, além dos efeitos institucionais. Esses indicadores avaliam a intensidade com que as ações desenvolvidas pelas empresas estão motivadas pelos princípios de responsabilidade social (RABELO; SILVA, 2011).

A Norma SA 8000 criada em 1997 pela *Social Accountability International* (SAI) é possibilita às organizações meios de assegurar a seus clientes que seus

produtos são produzidos em condições adequadas de trabalho. Para aderir à certificação, que tem validade de três anos, as empresas precisam passar por uma auditoria específica. As organizações devem publicar relatórios anuais comunicando seus objetivos e as ações que estão sendo realizadas para alcançá-los. O foco principal da SA 8000 é a avaliação das relações trabalhistas entre a empresa e seus funcionários, respeitando os direitos humanos. Concentra-se no trabalho infantil; trabalho forçado; saúde e segurança; liberdade de associação e direito à negociação coletiva; discriminação; práticas disciplinares; horário de trabalho; remuneração; e o sistema de gestão (RABELO; SILVA, 2011).

Trata-se, portanto, de uma ferramenta de gestão interna, que tem como prioridade oferecer condições dignas de trabalho através da transparência entre a relação empregado-empregador. Não considera a empresa como um sistema, pois ignora a interação entre a empresa e o ambiente externo (RABELO; SILVA, 2011).

AA 1000 ou *Accountability 1000* é um padrão criado pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA) para estimular a gestão baseada na qualidade e ética, garantindo aos *stakeholders* confiabilidade e transparência. Pode ser empregado de duas formas: como base comum para definir a qualidade de padrões especializados de RS; e como sistema independente para gerir e comunicar o desempenho da organização na área de RS e ética. Apesar de não gerar certificação a norma estimula, através da verificação interna e externa, a experimentação e o desenvolvimento de novas técnicas de relacionamento com os *stakeholders*. Os princípios que embasam a norma podem ser agrupados em cinco conjuntos: planejamento, levantamento de dados; auditoria; relatório; e integração com partes interessadas (RABELO; SILVA, 2011).

Para atingir ao propósito desse estudo mensurou-se a RSE a partir dos indicadores sociais internos; indicadores sociais externos e indicadores ambientais, extraídos dos BS modelo IBASE; e o DF por meio do ROA (retorno sobre ativos) e do ROE (retorno sobre patrimônio líquido). Esses aspectos serão descritos e fundamentados no capítulo de metodologia da pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Toda pesquisa, para alcançar seus objetivos, necessita de uma linha a ser seguida, ou seja, uma metodologia. Para Gil (2008), a pesquisa deve ser exposta em seus aspectos práticos, mostrando o que, quando e como será feita.

A discussão dos procedimentos metodológicos está dividida em três subseções que são apresentadas a seguir: abordagem da pesquisa, população e amostra, procedimentos técnicos e limitações da pesquisa.

3.1 Abordagem e tipologia da pesquisa

Essa pesquisa adotou o paradigma positivista e caracteriza-se como exploratória e descritiva (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2011). Exploratória, visto que buscou a obtenção de maiores conhecimentos sobre a relação entre RSE e DF, com a finalidade de formular um problema. Também buscou cursos alternativos de ação, desenvolver hipóteses e isolar variáveis e relações-chave para exame posterior. Dessa forma a hipótese estabelecida foi se a RSE possui relação estatística significativa com o DF nas empresas gaúchas de capital aberto com ações negociadas na BOVESPA. Para isso foram identificadas variáveis de RSE a partir do BS e variáveis de DF a partir do BP.

A pesquisa também pode ser classificada como descritiva pois buscou identificar e obter informações sobre as características de um problema ou questão de pesquisa, descrevendo o comportamento dos fenômenos (GIL, 2008; LAKATOS; MARCONI, 2011). Logo, classifica-se como descritiva, pois buscou medir quantitativamente a relação entre RSE e o DF nas empresas do rio grande do sul de capital aberto.

3.2 População e amostra

A população, objeto de investigação é composta por empresas que figuram entre as 100 maiores do ano de 2013, segundo a classificação pelo Valor Ponderado de Grandeza (VPG) da Revista Amanhã. O VPG é um indicador que resulta da soma, com pesos específicos, de três componentes do balanço patrimonial e das demonstrações dos resultados: o patrimônio líquido (com peso de 50%), a receita bruta (40%) e o resultado – lucro ou prejuízo líquido (10%). Dessas empresas foram

selecionadas as de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA que disponibilizaram suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) por sua ferramenta institucional denominada Divulgação Externa (DivExt) e que publicaram o BS modelo IBASE entre os anos de 2009 e 2013.

O programa DivExt é um software gratuito disponibilizado no sítio da BOVESPA que permite acessar por meio de *download* o conjunto das informações financeiras das empresas selecionadas. As DFP contemplam os seguintes relatórios: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC); Demonstração de Valor Adicionado (DVA); Notas Explicativas (NE); Parecer dos Auditores Independentes; e Relatório da Administração, sendo seu conjunto utilizado para a elaboração do estudo.

Dessa forma, a seleção da amostra foi realizada de forma não probabilística e por conveniência, visto que o conjunto de empresas que constituem a amostra está restrito às empresas localizadas no Rio Grande do Sul de capital aberto componentes do Índice IBOVESPA, que apresentam as informações necessárias para o cálculo dos indicadores socioambientais, no período relacionado. Foram excluídas da amostra as empresas que não publicaram o BS no modelo IBASE no período analisado. Dessa forma, a amostra final compreende 3 empresas, que são Renner, Banrisul e RGE.

As seguintes premissas para padronização dos dados foram assumidas: todas as empresas terem em seus BS ou em outros tipos de evidenciações socioambientais o Modelo IBASE anexado. Dessa forma, empresas com outros tipos de evidenciações, sem o Modelo IBASE, foram desconsideradas para efeito desse trabalho.

3.3 Procedimentos

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é considerada de caráter documental e bibliográfico. A pesquisa documental e bibliográfica baseia-se em dados secundários tais como livros, revistas, artigos, legislações, além do uso do meio eletrônico – *internet* (MIGUEL et al, 2010).

A formulação da hipótese dessa pesquisa está baseada no referencial teórico que foi apresentado nas seções anteriores, a partir de uma contextualização acerca da RSE versus o DF.

Para a coleta dos dados foi utilizada a técnica do acesso aos documentos de duas formas distintas. Para a identificação dos dados socioambientais utilizaram-se as informações contidas nos BS coletados no site do IBASE. Essas informações possibilitaram a obtenção das variáveis independentes. Para obtenção das variáveis necessárias para o cálculo das métricas de desempenho foram utilizadas as informações disponibilizadas por meio do programa DivExt.

Após a coleta, os dados foram dispostos em uma planilha do programa *Microsoft Excel*®, permitindo assim que todos os dados das empresas componentes da amostra da pesquisa fossem organizados.

Para mensurar o DF das empresas foram utilizadas como variáveis dependentes o ROA – *Return on Assets* (retorno sobre ativos) e ROE – *Return on Equity* (retorno sobre patrimônio líquido). Essas variáveis dependentes, ROA e ROE, foram obtidas das seguintes formas: $ROA_t = LL_t / Ativot_{t-1}$ e $ROE_t = LL_t / PLt_{t-1}$. O ROA revela quanto a empresa obtém de lucro sobre o investimento total e o ROE indica a rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa. Quanto maiores os índices, melhor a situação da empresa.

Os grupos de indicadores socioambientais, que constituem as variáveis independentes, foram escolhidos de acordo com o que estabelece a NBC T-15, fixando indicadores com relação ao ambiente social interno e externo e as relações da empresa com o meio ambiente. Esses indicadores também estão presentes no BS do IBASE.

Após a obtenção das variáveis necessárias e sua estruturação, o banco de dados foi transferido para programa estatístico *Statistica*®. Passou-se, então, a investigar a correlação entre os indicadores de RSE e os de DF das empresas, utilizando-se o coeficiente de correlação linear simples de Pearson, representado pela letra “r”. Se o valor de “r” for +1, a correlação é perfeita positiva, significando que os valores altos em uma variável correspondem a valores altos em outra, ou seja, que elas crescem juntas. Se o valor de “r” for -1 trata-se de uma correlação perfeita negativa, em que os valores altos em uma variável correspondem a valores baixos em outra, ou seja, enquanto uma delas cresce, a outra decresce. Quanto maior a proximidade do valor de R estiver de zero, menor é o indício de correlação

entre elas; quanto mais próximo de 1 e -1, maior a correlação. Para esse coeficiente, são propostas as correlações conforme Quadro 7:

Coefficiente de correlação	Correlação
$R = 1$	Perfeita positiva
$0,8 < r < 1$	Forte positiva
$0,5 < r < 0,8$	Moderada positiva
$0,1 < r < 0,5$	Fraca positiva
$0 < r < 0,1$	Ínfima positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Ínfima negativa
$-0,5 < r < -0,1$	Fraca negativa
$-0,8 < r < -0,5$	Moderada negativa
$-1 < r < -0,8$	Forte negativa
$R = -1$	Perfeita negativa

Quadro 7 - Coeficientes de correlação

Fonte: Adaptado de Levin (2004)

Logo, nesse estudo, foi utilizada uma sequência de etapas propostas por Malhotra (2008), para a realização de um teste de correlação das variáveis de RSE e DF, conforme Figura 5.

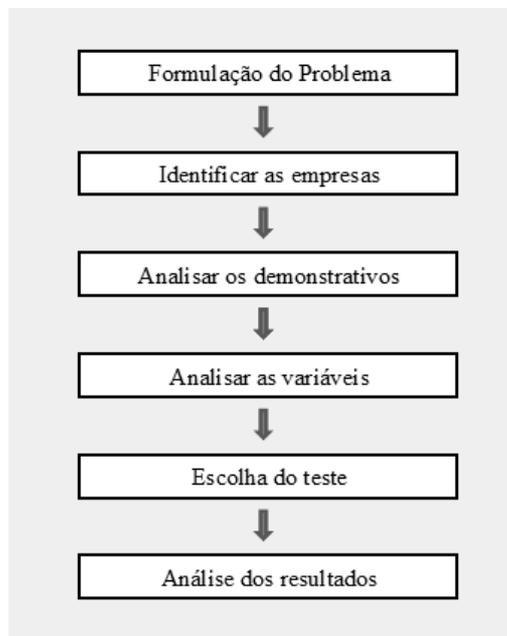


Figura 5 - Etapas para realização da Correlação Pearson

Fonte: Adaptado de Malhotra (2008)

3.4 Limitações da pesquisa

A principal limitação da pesquisa está relacionada ao fato de que as informações sociais e ambientais extraídas dos BS divulgados pelas empresas, na sua grande maioria não passaram por um processo de auditoria, já que não há normatização no Brasil exigindo essa providência.

Logo, como acontece nas pesquisas empíricas, os resultados do presente estudo estão condicionados à amostra observada, partindo-se do pressuposto da confiabilidade na divulgação das informações pelas empresas. Além disso, a utilização de um intervalo temporal relativamente curto (2009 a 2013) constitui uma outra limitação.

A amostra representa outra limitação, visto que foi coletada de maneira intencional por meio da limitação geográfica de empresas estabelecidas no estado do Rio Grande do Sul, pelo seu VPG da Revista Amanhã, de capital aberto, e que publicam os BS no modelo IBASE no período de estudo, resultando em um percentual bastante reduzido em relação a totalidade nacional. Logo, não é possível generalizar os resultados para o universo de empresas brasileiras socialmente responsáveis.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente foi realizada uma análise visual dos dados e uma breve descrição com a intenção de identificar o comportamento geral das variáveis em estudo, visando a uma melhor compreensão sobre essas relações. Em um segundo momento, o estudo buscou responder através da estatística descritiva se existe alguma associação entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes que explique se as ações de RSE e o DF tem alguma relação.

4.1 Análise gráfica

A análise gráfica visando identificar a existência de correlação entre RSE e DF foi realizada na amostra resultante das condições e restrições anteriormente apresentadas na metodologia. Logo, as empresas localizadas no Rio Grande do Sul de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA que publicaram o BS modelo IBASE entre os anos de 2009 e 2013, que apresentam as informações necessárias para o cálculo dos indicadores socioambientais, no período relacionado são RENNER, BANRISUL e RGE

Os diagramas de dispersão, apresentados na figura 6 são gráficos do sistema cartesiano que apresentam a relação entre o IA - indicador ambiental e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa BANRISUL. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre as variáveis. De forma que é possível que o IA não exerça influência sobre o ROE e ROA.

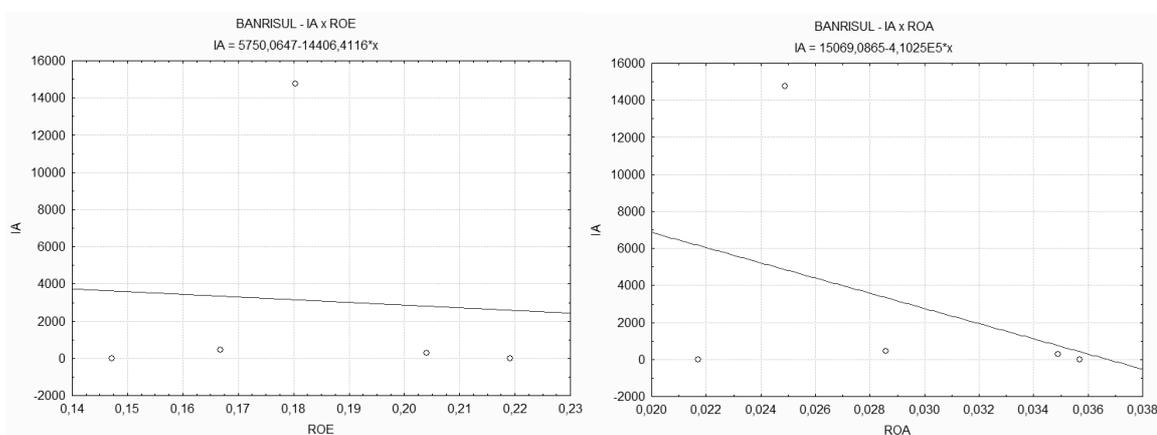


Figura 6- Relação entre IA e ROE e ROA para BANRISUL

Na figura 7, os diagramas de dispersão apresentam a relação entre o ISI - indicador social interno e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa BANRISUL. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre essas variáveis. Dessa forma, é possível inferir que, as variações do ROE e do ROA provavelmente não tenham sofrido influência do indicador ISI.

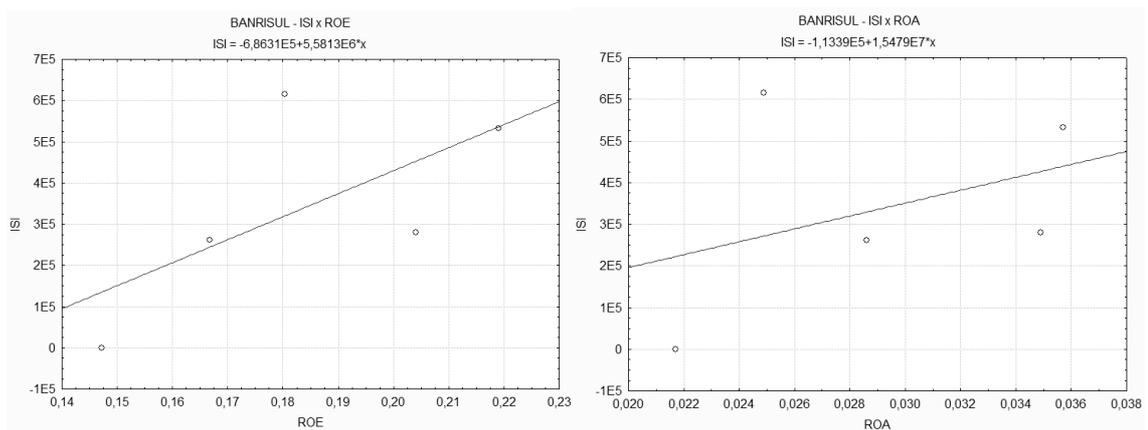


Figura 7 - Relação entre ISI e ROE e ROA para BANRISUL

Os diagramas de dispersão, apresentados na figura 8 apresentam a relação entre o ISE - indicador social externo e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa BANRISUL. Através da sua visualização é possível inferir que as variações do ROE e do ROA provavelmente não são influenciadas diretamente pelo indicador ISE, visto que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre as variáveis.

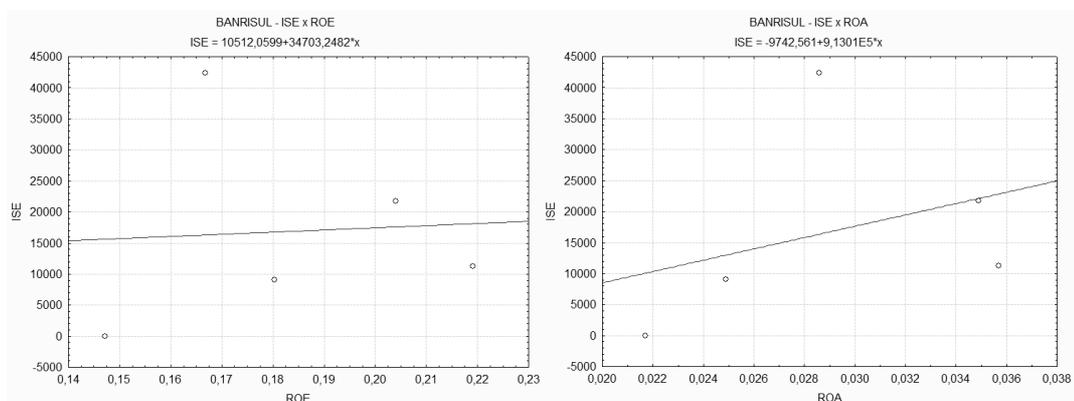


Figura 8 - Relação entre ISE e ROE e ROA para BANRISUL

Os diagramas de dispersão, apresentados na figura 9, mostram a relação entre o IA e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa RENNERT. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre as variáveis. De forma é possível que o IA não exerça influência sobre o ROE e ROA.

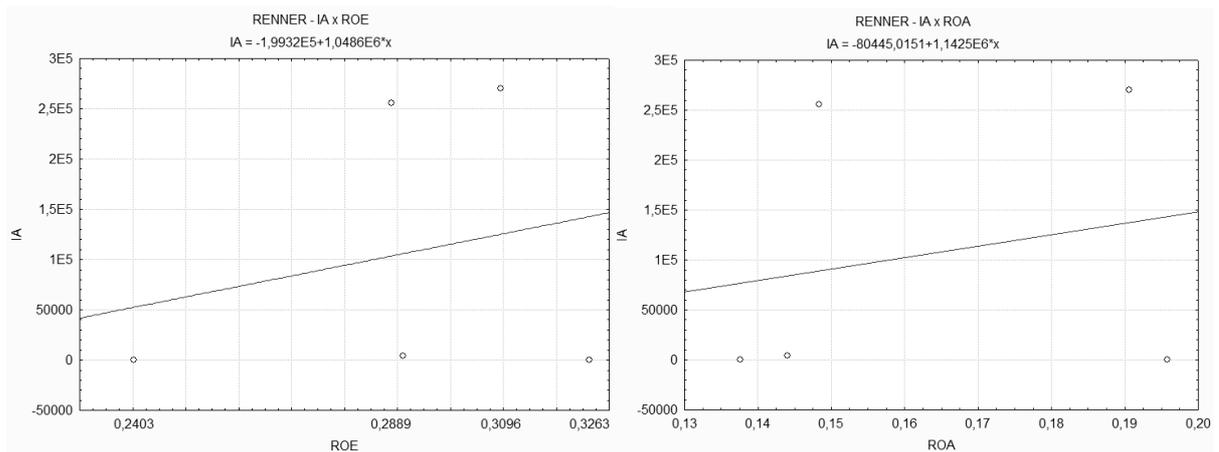


Figura 9 - Relação entre IA e ROE e ROA para RENNERT

A figura 10 mostra os diagramas de dispersão que apresentam a relação entre o ISI e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa RENNERT. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre essas variáveis. Dessa forma, é possível concluir que, as variações do ROE e do ROA provavelmente não tenham sofrido influência do indicador ISI.

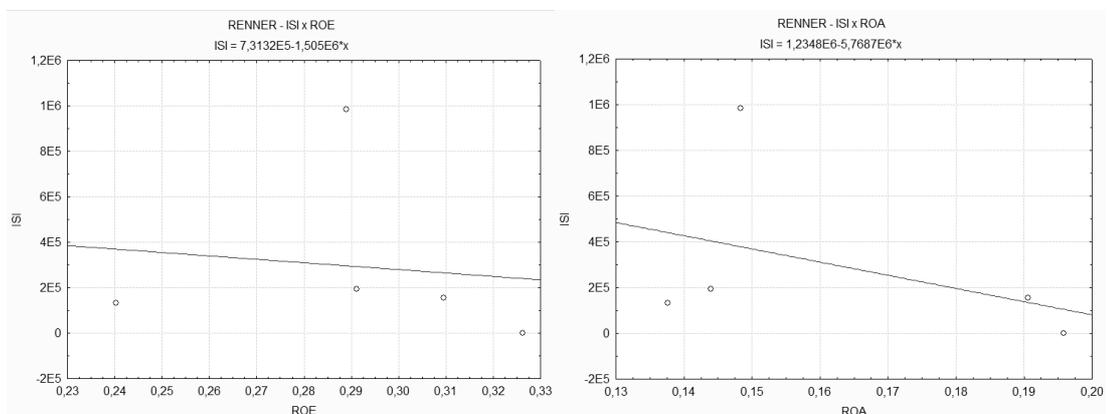


Figura 10 - Relação entre ISI e ROE e ROA para RENNERT

Os diagramas de dispersão, apresentados na figura 11 demonstram a relação entre o ISE e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa RENNEN. Através da sua visualização é possível inferir que as variações do ROE e do ROA provavelmente não são influenciadas diretamente pelo indicador ISE, visto que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre as variáveis.

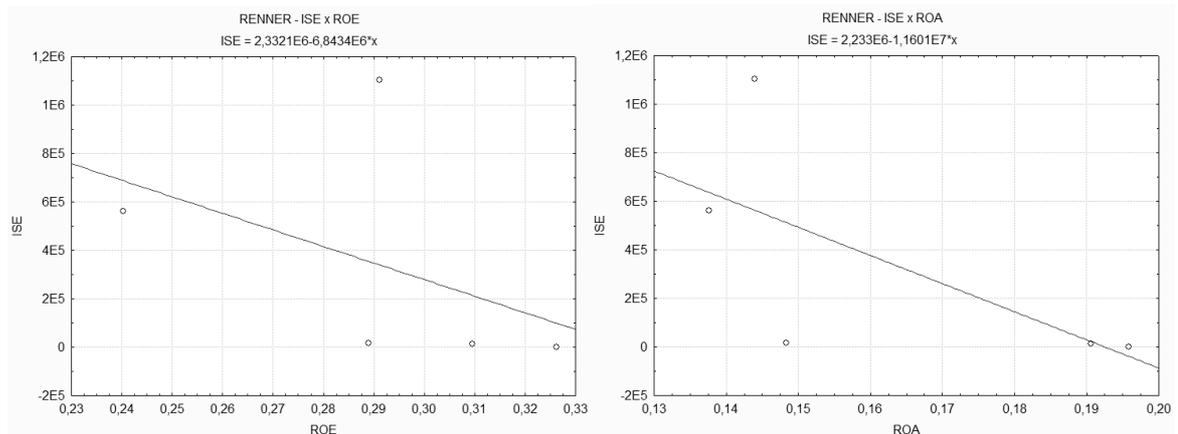


Figura 11 - Relação entre ISE e ROE e ROA para RENNEN

Os diagramas de dispersão, apresentados na figura 12 mostram a relação entre o IA e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa RGE. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre as variáveis. De forma é possível que o IA não exerça influência sobre o ROE e ROA.

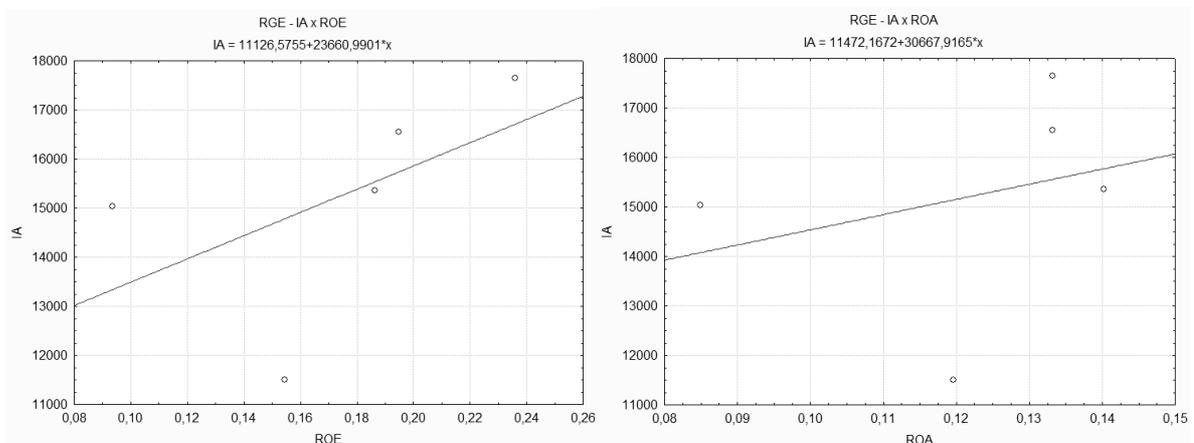


Figura 12 - Relação entre IA e ROE e ROA para RGE

Na figura 13, os diagramas de dispersão, apresentam a relação entre o ISI e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa RGE. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, evidenciando a inexistência de uma correlação significativa entre essas variáveis. Dessa forma, é possível concluir que, as variações do ROE e do ROA provavelmente não tenham sofrido influência do indicador ISI.

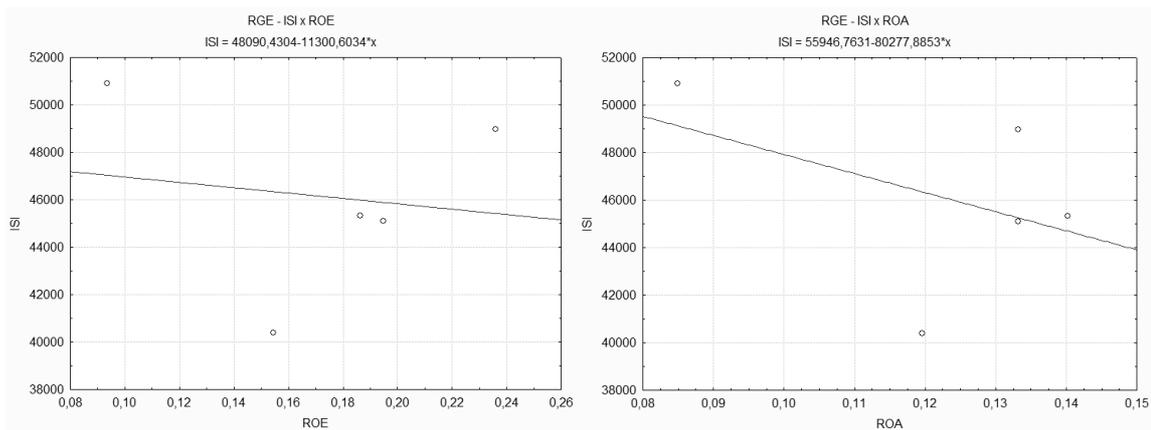


Figura 13 - Relação entre ISI e ROE e ROA para RGE

Na figura 14, são demonstrados os diagramas de dispersão que apresentam a relação entre o ISE e as variáveis dependentes ROA e ROE para a empresa RGE. A sua visualização indica que os pontos se distribuem aleatoriamente em torno da reta, e embora nenhuma curva simples passe sobre todos os pontos, há uma forte indicação da existência de uma correlação significativa entre as variáveis. De modo que, as variações do ROE e do ROA provavelmente sofreram influência do indicador ISE.

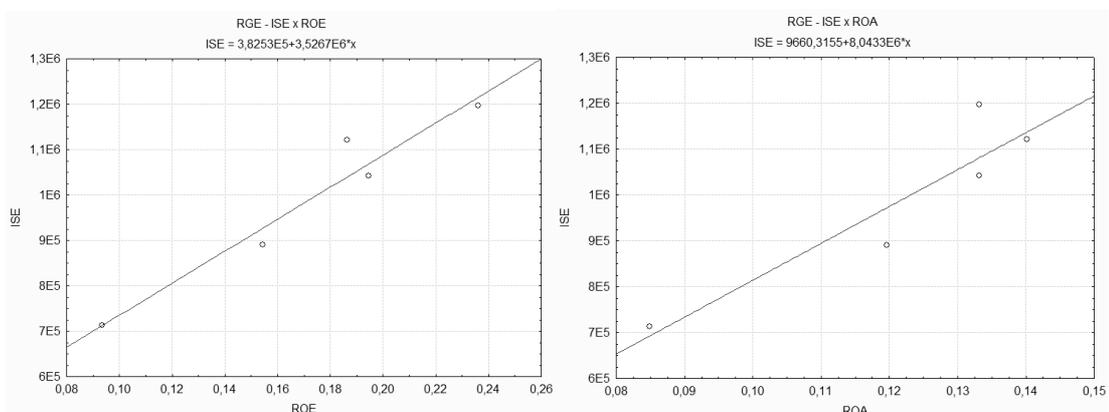


Figura 14 - Relação entre ISE e ROE e ROA para RGE

Nesse contexto, dentre as empresas do Rio Grande do Sul analisadas, existe a expectativa de que apenas a RGE possua correlações significativas entre RSE e DF. Porém essa relação somente foi observada em um dos indicadores, o ISE, no qual tanto o ROE como com o ROA apresentam indicativo da existência de correlação. Com a finalidade de confirmar essas impressões, será realizado o teste para verificar a existência de correlação.

4.2 Análise da correlação entre as variáveis

A partir dos resultados anteriores, passou-se a investigar a correlação entre os indicadores de RSE e os de DF das empresas, utilizando-se o coeficiente de correlação linear simples de Pearson.

Na tabela 1 pode ser visualizada a relação entre os indicadores financeiros ROE e ROA e os indicadores sociais IA, ISI e ISE para a empresa BANRISUL.

Tabela 1 - Relação entre indicadores de DF e RSE para empresa BANRISUL

	IA		ISI		ISE	
	r	p-valor	r	p-valor	r	p-valor
ROE	-0,0634	0,9193	0,6565	0,2288	0,0615	0,9217
ROA	-0,3847	0,5224	0,3881	0,5186	0,3450	0,5696

Assim é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo IA. Dessa forma, é possível concluir que o indicador ambiental não gera aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo da empresa BANRISUL.

Da mesma forma é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo ISI. Assim, pode-se inferir que não há aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo a partir do ISI da empresa BANRISUL.

Através da análise dos índices calculados, pode-se observar que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo ISE. Ou seja, não há

aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo a partir do ISE da empresa BANRISUL.

A tabela 2 apresenta a relação entre os indicadores financeiros ROE e ROA e os indicadores sociais IA, ISI e ISE para a empresa RENNENR.

Tabela 2 - Relação entre indicadores de DF e RSE para empresa RENNENR

	IA		ISI		ISE	
	r	p-valor	r	p-valor	r	p-valor
ROE	0,2357	0,7027	-0,1237	0,8429	-0,4510	0,4458
ROA	0,2201	0,7221	-0,4064	0,4972	-0,6552	0,2301

Pelos resultados apresentados na tabela 2, é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo IA. Dessa forma, é possível concluir que, o IA não gera aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo da empresa RENNENR.

Assim é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo ISI. Dessa forma, não há aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo a partir do indicador social interno da empresa RENNENR.

Através da análise dos índices calculados pode-se inferir que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo ISE. Em outras palavras, não há aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo a partir do indicador social externo da empresa RENNENR.

A tabela 3 apresenta a relação entre os indicadores financeiros ROE e ROA e os indicadores sociais IA, ISI e ISE para a empresa RGE.

Tabela 3 - Relação entre indicadores de DF e RSE para empresa RGE

	IA		ISI		ISE	
	r	p-valor	r	p-valor	r	p-valor
ROE	0,5416	0,3458	-0,1483	0,8119	0,9693	0,0064
ROA	0,2929	0,6325	-0,4395	0,4590	0,9223	0,0257

Assim é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo IA. Ou seja, o indicador ambiental não gera aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo da empresa RGE.

Da mesma forma, é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA não são influenciados significativamente pelo ISI. Logo, não há aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo a partir do indicador social interno da empresa RGE.

Através do cálculo dos índices de correlação e regressão ISE x ROE, demonstrados na tabela 3, foi obtido o valor de $r = 0,9693$ e o $p\text{-valor} = 0,0064$, o que demonstra a existência de correlação, capaz de explicar o ROE em função do ISE. Dessa forma observa-se que o ISE interfere no ROE.

Do mesmo modo, o cálculo dos índices de correlação e regressão ISE x ROA apresenta correlação forte significativa, como pode ser visualizado nos quadros 42 e 43, sendo que foram obtidos o índice $r = 0,9223$ e o $p\text{-valor} = 0,026$, indicando também que o ISE interfere no ROA.

Assim é possível concluir através da análise dos índices calculados, que tanto o ROE quanto o ROA são influenciados significativamente pelo ISE. Ou seja, há aumento ou diminuição significativa no retorno sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo a partir do indicador social externo da empresa RGE. Em estudos anteriores, destaca-se que Ceretta et al (2009), também encontrou uma relação significativa entre os ISE e a receita líquida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente pesquisa, primeiramente serão destacados os objetivos específicos e os resultados encontrados, e posteriormente serão apresentadas as sugestões.

5.1 Conclusões

Ao finalizar a presente pesquisa, acredita-se que os objetivos foram alcançados, visto que: Primeiramente foram identificadas as 100 maiores empresas da região sul, de acordo com o VPG conforme publicação do ano de 2013 da Revista Amanhã. Em um segundo momento, foi efetuado um levantamento dentre essas empresas, para identificar aquelas que publicam suas demonstrações contábeis de forma padronizadas (DFP), no *site* da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o auxílio da ferramenta DivExt. Em seguida, de posse dessas informações, passou-se a buscar o BS publicado dessas empresas segundo o padrão do IBASE, no período de 2009 a 2013. Como resultado da utilização desses critérios, a amostra final da pesquisa resultou nas empresas BANRISUL, RENNER e RGE.

A partir dessa amostra, foram analisadas as demonstrações contábeis, financeiras e sociais, e identificadas as variáveis para que a partir de então fossem analisados os seus comportamentos em relação às ações sociais. Foram escolhidas como variáveis sociais: o IA (Indicador Ambiental), o ISI (Indicador Social Interno) e o ISE (Indicador Social Externo). E, como variáveis financeiras: o ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) e o ROA (Retorno sobre Ativos). Os resultados alcançados com o uso do software Statistica® na verificação da existência de relação entre as variáveis sociais e financeiras permitiu a elaboração das conclusões apresentadas a seguir.

Para a empresa BANRISUL não é possível identificar a existência de um modelo matemático capaz de explicar de forma clara que os indicadores ambientais, sociais internos e sociais externos, exerçam qualquer influência sobre os indicadores financeiros.

Também para a empresa RENNER verificou-se a inexistência de um modelo matemático capaz de explicar de forma afirmativa que os indicadores financeiros

possam sofrer qualquer interferência dos indicadores ambientais, sociais internos e sociais externos.

Por fim, ao analisar a empresa RGE, também não foi possível identificar a existência de um modelo matemático capaz de explicar de forma clara que os indicadores ambientais e sociais internos, possam exercer qualquer tipo de influência sobre os indicadores financeiros. Mas, com relação ao indicador social externo, fica clara a existência de um modelo matemático capaz de explicar as alterações ocorridas nos indicadores financeiros.

Quanto ao teste de hipótese, não é possível inferir que exista uma correlação entre as variáveis socioambientais e financeiras. Esse fato corrobora, pesquisas anteriores (Borba, 2006; Macedo et al, 2007; Tupy, 2008; Souza, 2008; Holanda; Almada; Luca, 2010; Crisóstomo; Freire; Vasconcellos, 2011; Ivo, 2012; Salgado; Silva; Cunha, 2012) que chegaram a resultados semelhantes. Ou seja, em algumas os indicadores sofriam interferência (Arantes, 2006; Kitahara, 2007; Cesar; Silva Jr., 2008; Ceretta et al, 2009; Sousa et al, 2011; Orellano; Quiota, 2011; Kitahara, 2012; Chitolina, 2012; Lima et al, 2013; Kaveski; Martins; Hein, 2014; Alves; Ribeiro; Taffarel, 2014; Furtado; Souza, 2014) e em outros não eram influenciados.

Logo, há uma vasta lista de estudos sobre a relação entre a performance financeira (PF) e os investimentos socioambientais (ISA) mostrando resultados contraditórios. No entanto, as contradições encontradas não necessariamente significam erros, e sim frequentemente, diferenças de perspectivas em relação à composição da amostra, período estudado, metodologia utilizada, e demonstrações contábeis e sociais em que os estudos foram baseados.

Como o estudo procurou analisar dados relativos a uma região específica, no caso o estado do Rio Grande do Sul, talvez resida nesse fato o motivo para os resultados alcançados. Talvez com um período maior, ou indicadores diferentes, ou ainda com demonstrações contábeis, financeiras e sociais diferentes, seja possível chegar a diferentes resultados. Dessa forma, pode-se concluir que as inquietudes sobre a relação entre a responsabilidade social empresarial e o desempenho financeiro ainda persistem.

5.1 Sugestões

Por fim sugere-se a realização de novos estudos sobre o tema alternando as variáveis financeiras e sociais, como mencionado no parágrafo anterior, e analisando outros demonstrativos financeiros e demonstrativos sociais de outros institutos como Ethos, GRI ou outro.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. A.; WHELAN, G. Conceptualizing future change in corporate sustainability reporting. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 22, n. 1, p. 118–43, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513570910923033>>. Acesso em: 21 jan. 2015.
- AKISIK, O; GAL, G. Financial performance and reviews of corporate social responsibility reports. **Journal of Management Control**, v. 25, n. 3-4, p. 259–288, Dec. 2014.
- ALBURQUERQUE, J. L. **Gestão Ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALVES, T. A.; RIBEIRO, F.; TAFFAREL, M. Responsabilidade Social corporativa e desempenho econômico-financeiro das empresas de energia elétrica listadas na Bovespa. In: Congresso Internacional de Administração. **Anais...** Ponta Grossa-PR, 2014.
- ARANTES, E. Investimento em responsabilidade social e sua relação com o desempenho econômico das empresas. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais - PR, v. 2, n. 1, p. 03-09, jan./jun. 2006.
- ARAÚJO, R. G. **(Des)compassos entre Entendimento e Práticas de Responsabilidade Social Corporativa**. 90 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Empresarial) – FGV, Escola Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2012.
- ASHLEY, P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Informações sobre o Prêmio de Responsabilidade Social 2008**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br>>. Acesso em: 19 fev. 2014.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 2012.
- ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2014.
- BANERJEE, S. B. Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. **Critical Sociology**, v. 34, n. 1, p. 51-79, 2008.
- BANRISUL. Balanço Social. Disponível em: http://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw00hn_balanco_social.aspx?secao_id=25
Acesso em: 15 jan. 2015.
- BARNETT, M. L.; SALOMON, R. M. Does it pay to be really good? Addressing the shape of the relationship between social and financial performance. **Strategic Management Journal**, v. 33, n. 11, p. 1304–1320, Nov. 2012.

- BERTAGNOLLI, D. D. O. **Estudo sobre a influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho econômico das empresas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo – RS, 2006.
- BOESSO, G.; KUMAR, K.; MICHELON, G. Corporate social disclosures: a user perspective on assurance. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 26, n. 1, p. 75-100, 2013.
- BORBA, P. R. F. Relação entre desempenho social corporativo e desempenho financeiro de empresas no Brasil. In: EnANPAD, 20. **Anais...** Salvador-BA: ANPAD, 2006.
- BORGER, F. G. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**. Instituto Ethos, 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.VL70Hi4ej5o>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- BRAMMER, S.; MILLINGTON, A. Does it pay to be different? An analysis of the relationship between corporate social and financial performance. **Strategic Management Journal**, v. 29, n. 12, p. 1325–1343, Dec. 2008.
- BUFONI, A. L. A relação entre performance financeira e ambiental nos países em desenvolvimento: o caso do Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2009.
- CARDOSO, V. I. C. et al. Investimentos em Responsabilidade Social Corporativa e Criação de Valor nos Maiores Bancos Brasileiros. **ReCont: Registro Contábil**, v. 4, n. 2, p. 90-104, 2013.
- CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: Its managerial impact and implications. **Journal of Business Research**, v 2, n 1, p. 75-88, Jan. 1974.
- CARROLL, A. B. A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. **Academy of Management Review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, Oct., 1979.
- CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: Evolution of a definitional construct. **Business and Society**, v 38, n. 3, p. 268-295, 1999.
- CARROLL, A. B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. **Business Horizons**, v. 34, n. 4, p. 39-48, July/Aug. 1991.
- CARROLL, A. B.; SHABANA, K. M. The business case for corporate social responsibility: A review of concepts, research and practice. **International Journal of Management Reviews**, v. 12, n.1, p. 85-105, Mar. 2010.
- CED. Committee for Economic Development. Social Responsibilities of Business Corporations. New York, 1971. Disponível em: <https://www.ced.org/reports/single/social-responsibilities-of-business-corporations>. Acesso em: 24 jan. 2015.

- CERETTA, P. S. et al. Desempenho financeiro e a questão dos investimentos sócio-ambientais. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 3, n. 3, p. 72-84, set./dez., 2009.
- CESAR, J. F.; SILVA JR., A. A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na BOVESPA no período de 1999 a 2006. In: ANPCONT, 2. **Os novos paradigmas das ciências contábeis**. Salvador – BA, 2008.
- CHIRINO, J.B. La Responsabilidad Social de las Empresas y la Cultura de la Certificación. **Atlantic Review of Economics**, Gran Canaria-España, v. 1, p. 1-20, 2011.
- CHITOLINA, F. F. **Performance sócio-ambiental e os resultados econômicos das empresas**: uma análise empírica desta relação. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-RS, 2012.
- CHO, C. H. et al. CSR disclosure: the more things change...? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 28, n. 1, p. 14 – 35, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-12-2013-1549>. Acesso em: 21 jan. 2015.
- CHOUSA, J.P.; CASTRO, N.R. **Responsabilidad Social Empresarial y Resiliencia**. *Revista Galega de Economía*, v. 20, n. 2, p. 123-154, 2011.
- CILIBERTI, F.; PONTRANDOLFO, P.; SCOZZI, B. Investigating corporate social responsibility in supply chains: a SME perspective. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, n. 15, p. 1579-1588, Oct. 2008.
- CFC – Conselho Federal de contabilidade. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 19 fev. 2014.
- CONCEIÇÃO, S. H. et al. Fatores determinantes no *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 18, n. 3, p. 461-472, 2011.
- CORREA, M. E. A. **Balanco Social**. 35 f. Monografia. (Curso de Ciências Contábeis) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.
- CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. S.; VASCONCELLOS, F. C. Corporate social responsibility, firm value and financial performance in Brazil. **Social Responsibility Journal**, v. 7, n. 2, p. 295-309, 2011.
- CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. S.; SOARES, P. M. Uma Análise Comparativa da Responsabilidade Social Corporativa entre o Setor Bancário e outros no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte – MG, v. 23, n. 4, p. 103-128, out./dez. 2012.
- CRISÓSTOMO, V. L.; FREIRE, F. S.; PARENTE, P. H. N. An analysis of corporate social responsibility in Brazil: growth, firm size, sector and internal stakeholders

involved in policy definition. **Pensamiento & Gestión**, Universidad del Norte, n. 37, p. 125-149, enero 2014.

DAHER, W. M. et al. Responsabilidade social corporativa segundo o modelo de Hopkins: um estudo nas empresas do setor energético do nordeste brasileiro. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 1, n. 1, p. 31-46, jan.-jul., 2007.

FAMA, R.; BARROS, L. A. B. C. Q de Tobin e seu uso em finanças: aspectos metodológicos e conceituais. In: SEMEAD, 5. **Anais ...** São Paulo, 2001.

FERREIRA, R. N. et al. Investimentos sociais e riqueza gerada: uma análise a partir do balanço social. **Pretexto**, Belo Horizonte - MG, v. 12, n. 4, p. 09-32, out./dez. 2011.

FREEMAN, R. E. (1984). **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman.

FREEMAN, I.; HASNAOUI, A. The Meaning of Corporate Social Responsibility: The Vision of Four Nations. **Journal of Business Ethics**, v. 100, n. 3, p. 419-443, May 2011.

FREEMAN, R. E.; MCVEA, J. **A stakeholder approach to strategic management**. Virgínia: Working Paper n. 01-02, Darden Business School, mar. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.263511>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FURTADO, L. L.; SOUZA, J. A. S. A relação entre responsabilidade social e as características intrínsecas das empresas listadas na BM & F Bovespa. In: Congresso Internacional de Administração. **Anais...** Ponta Grossa-PR, 2014.

GALLARDO-VÁZQUEZ, D.; SANCHEZ-HERNANDEZ, M. I. Measuring Corporate Social Responsibility for competitive success at a regional level. **Journal of Cleaner Production**, v. 72, p. 14-22, Jun. 2014.

GEVA, A. Three models of corporate social responsibility: Interrelationships between theory, research, and practice. **Business and Society Review**, v. 113, n.1, p. 1-14, Mar. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, Addison Wesley Bra, 2010.

GREGORY, A.; THARYAN, R.; WHITTAKER, J. Corporate Social Responsibility and Firm Value: Disaggregating the Effects on Cash Flow, Risk and Growth. **Journal of business ethics**, v. 124, n. 4, p. 633–657, Nov. 2014.

HEMPHILL, T. A. Corporate Citizenship: The case for a new corporate governance model. **Business and Society Review**, v. 109, n. 3, p. 339–361, Sep. 2004.

HOLANDA, A. P.; ALMADA, S. R.; LUCA, M. M. M. Associação entre o desempenho socioambiental e o desempenho financeiro: um estudo nas empresas do setor

elétrico brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17. 2010. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Custos, 2010.

HOLANDA, A. P. et al. O desempenho socioambiental nas empresas do setor elétrico brasileiro: uma questão relevante para o desempenho financeiro? **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 5, n. 3, p. 53-72, set./dez. 2011.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanco Social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 04 jan. 2015.

IQBAL, D. et al. To be responsible socially is viable financially. **European scientific journal**, v. 10, n. 28, p. 427, Oct. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J.C.; **Contabilidade Comercial**.4. ed. Atlas, 2010.

IVO, M. P. C. **Responsabilidade Social, Ambiental e Desempenho Financeiro nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

IZQUIERDO, R. J. S.; GRANÃNA, I. V.; La Responsabilidad Social Corporativa (RSC) y su gestión integrada. **CIRIEC, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, Espanha, n. 53, p.137-161, Nov. 2005.

JAMALI, D. A Stakeholder Approach to Corporate Social Responsibility: A Fresh Perspective into Theory and Practice. **Journal of Business Ethics**, v. 82, n. 1, p. 213-231, Sep. 2008.

KAVESKI, I. D. S.; MARTINS, J. A. S.; HEIN, N. A relação entre os rankings formados pelos indicadores socioambientais e os econômico-financeiros das empresas distribuidoras de energia elétrica. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador-BA, vol. 7, n. 3, p. 59-73, 2013.

KASSAI, J. R. et al. Retorno de investimento. São Paulo: Atlas, 2005.

KIRSCHNER, A. M. Considerações sobre a responsabilidade social das empresas em contextos de desigualdade e exclusão. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 99-116, out. 2009.

KITAHARA, J. R. **Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas: Evidências do Brasil**. 2012. 341 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, SP, 2012.

KITAHARA, J. R. **Responsabilidade social e desempenho financeiro das empresas: Um estudo empírico utilizando o Balanço Social padrão IBASE**. 2007. 187 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo São Paulo, SP, 2007.

KROETZ, C. E. S. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo, SP: Atlas, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

LANA, C. A. M. et al. Um estudo das ações para divulgar e consolidar o balanço social no Brasil. **RGO Revista de Gestão Organizacional**, v. 4, n. 2, p. 311-329, jul./dez. 2011.

LEMOS, V. M. F.; ROCHA, M. H. P. Responsabilidade social empresarial como ferramenta estratégica de gestão e sua relação com seus *stakeholders*. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 7. **Gestão de Riscos para a Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: CNEG, 2011.

LEVIN, J. **Estatística para ciências humanas**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

LIMA, A. A. P. et al. Investimentos Socioambientais e o Desempenho Econômico-Financeiro das Empresas: Estudo Empírico nas Companhias Abertas Listadas na BM&F Bovespa no Setor de Energia Elétrica. In: Congresso Brasileiro de Custos, 20. **Custos e Sustentabilidade nos Sistemas de Logística Reversa**. Uberlândia-MG: CBC, 2013.

MACEDO, M. A. S. et al. Desempenho de empresas socialmente responsáveis: uma análise por índices contábeis financeiros. **Revista Produção on line**, ed. esp., dez., 2007.

MAGRO, C. B. D. et al. Responsabilidade social nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 746-765, set./dez. 2012.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGUEL, P. et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MOHR, L. A. et al. Do consumers expect companies to be socially responsible? The impact of corporate social responsibility on buying behaviour. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 1, summer 2001.

MUNRO, V. Stakeholder Preferences for Particular Corporate Social Responsibility (CSR) Activities and Social Initiatives (SIs): CSR Initiatives to Assist Corporate Strategy in Emerging and Frontier Markets. **Journal of Corporate Citizenship**, v. 2013, n. 51, p. 72-105, Sep. 2013.

OLIVEIRA, A. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

ORELLANO; V. I. F., QUIOTA; S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **RAE- Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 5, p. 471-484, set -out. 2011.

OTT, E.; ALVES, T. W.; FLORES, G. S. S. Investimentos Ambientais e o Desempenho Econômico das Empresas: Um estudo utilizando Dados em Painel. In: ENANPAD, 23. **Anais...** São Paulo-SP: ANPAD, 2009.

OXFAM. Wealth: having it all and wanting more. Oxfam issue briefing, January 2015. Disponível em: www.oxfam.org. Acesso em: 20 jan. 2015.

PELOZA, J. The challenge of measuring financial impacts from investments in corporate social performance. **Journal of Management**, v. 35, n. 6, p. 1518-1541, 2009.

PENG, C-W.; YANG, M-L. The Effect of Corporate Social Performance on Financial Performance: The Moderating Effect of Ownership Concentration. **Journal of business ethics**, v. 123, n. 1, p. 171-182, Aug. 2014.

PINKSTON, T. S.; CARROLL, A. B. A Retrospective Examination of CSR Orientations: Have They Changed? **Journal of Business Ethics**, v. 15, n. 2, p. 199-206, Feb. 1996.

RABELO, N. S.; SILVA, C. E. Modelos de indicadores de responsabilidade socioambiental corporativa. **Revista Brasileira de Administração Científica – RBADM**, Aquidabã, v.2, n.1, p. 5-30, jun., 2011.

RAMOS, T. B. et al. Corporate sustainability reporting and the relations with evaluation and management frameworks: the Portuguese case. **Journal of Cleaner Production**, v. 52, p. 317-328, Mar. 2013.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**. São Paulo: Atlas, 2007.

RENNER. Responsabilidade Social. Disponível em: <http://portal.lojasrenner.com.br/renner/responsabilidade/content.action?id=1118&tela=S>. Acesso em: 14 jan. 2015.

RGE. Balanço social. Disponível em: <http://www.rgers.com.br/SaladeImprensa/tabid/112/language/pt-BR/Default.aspx?Search=balan%C3%A7o%20social&SearchType=Keyword&BlogID=1>. Acesso em: 12 jan. 2015.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ROLDAN, V. P. S. et al. Relação entre a performance ambiental e financeira das Empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. Seminários em Administração, 14. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2011.

SAEIDI, S. P. et al. How does corporate social responsibility contribute to firm financial performance? The mediating role of competitive advantage, reputation, and customer satisfaction. **Journal of Business Research**, v. 68, n. 2, p. 341-350, Feb. 2015.

SALGADO, S. I. F.; SILVA, W. A. C.; CUNHA, G. R. Sustentabilidade, responsabilidade social e criação de valor em empresas participantes do ISE no Brasil. In: Tourism and Management Studies International Conference Algarve. v. 2. **Proceedings ...** Algarve: ESGHT-University of the Algarve, Portugal, 2012.

- SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, jan. 2012.
- SAPKAUSKIENE, A.; LEITONIENE, S. Corporate social responsibility research methods analysis. **European scientific journal**, v. si, n. 1, p. 229, Feb. 2014.
- SCHMITZ, J.; SCHRADER, J. Corporate social responsibility: A microeconomic review of the literature. **Journal of Economic Surveys**, v. 29, n. 1, p. 27-45, Feb. 2015.
- SOANA, M-G. The Relationship Between Corporate Social Performance and Corporate Financial Performance in the Banking Sector. **Journal of business ethics**, v. 104, n. 1, p. 133–148, Nov. 2011.
- SOUSA, F. A. et al. Responsabilidade Social Empresarial: Uma Análise sobre a Correlação entre a Variação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Lucro das Empresas Socialmente Responsáveis que compõem esse Índice. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 52-68, maio/ago. 2011.
- SOUZA, A. L. **Custos e Sustentabilidade nos Sistemas de Logística Reversa**. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UnB, UFPB, UFRN, João Pessoa-PB, 2008.
- SURROCA, J.; TRIBÓ, J. A.; WADDOCK, S. Corporate responsibility and financial performance: the role of intangible resources. **Strategic Management Journal**, v. 31, n. 5, p. 463-490, may 2010.
- TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 6. ed. São Paulo; Atlas, 2010.
- TINOCO, J. E. P. **Balanço social e o relatório de sustentabilidade**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo, SP: Atlas, 2004.
- TUPY, O. Investimentos em meio ambiente, responsabilidade social e desempenho econômico-financeiro de empresas no Brasil. **Revista de Estudos Politécnicos: Tékhné**, Barcelos – PT, v. 6, n.10, p. 73-86, dez. 2008.
- WALLICH, H.; MCGOWAN, J. **Stockholder interest and the corporation's role in social policy**. In: A New Rationale for Corporate Social Policy. Committee for Economic Development. 1970. Disponível em: <https://www.ced.org/reports/single/a-new-rationale-for-corporate-social-policy>. Acesso em: 23 jan. 2015.
- WONG, R.; MILLINGTON, A. Corporate social disclosures: a user perspective on assurance. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 27, n. 5, p. 863 – 887, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-06-2013-1389>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

WARTICK, S. L.; COCHRAN, P. L. The evolution of the corporate social performance model. **Academy of Management Review**, v.10, p.758-769, 1985.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, p. 691-718, 1991.

WOOD, D. J. Measuring Corporate Social Performance: A Review. **International Journal of Management Reviews**, v. 12, n. 1, p. 50-84, Mar. 2010.

WOOD, D. J.; JONES, R. E. Stakeholder Mismatching: A theoretical problem in empirical research on corporate social performance. **The International Journal of Organizational Analysis**, vol. 3, n. 3, p. 229-267, 1995.